



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA – UEPB
CAMPUS VI – POETA PINTO DO MONTEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E EXATAS
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM LETRAS – ESPANHOL**

TAINÁ XAVIER DE SOUSA

**REPRESENTAÇÕES QUEER NA LITERATURA ESPANHOLA: GÊNERO E
SEXUALIDADE NAS OBRAS *SONETOS DEL AMOR OSCURO* DE FEDERICO
GARCÍA LORCA E *UNA MALA NOCHE LA TIENE CUALQUIERA* DE EDUARDO
MENDICUTTI**

MONTEIRO

2024

TAINÁ XAVIER DE SOUSA

REPRESENTAÇÕES QUEER NA LITERATURA ESPANHOLA: GÊNERO E
SEXUALIDADE NAS OBRAS *SONETOS DEL AMOR OSCURO* DE FEDERICO
GARCÍA LORCA E *UNA MALA NOCHE LA TIENE CUALQUIERA* DE EDUARDO
MENDICUTTI

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Coordenação do Curso de Letras da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de licenciatura em Letras Espanhol.

Área de concentração: Literatura Espanhola

Orientadora: Prof^ª. Dra. Cristiane Agnes Stolet Correia

MONTEIRO
2024

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto em versão impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que, na reprodução, figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

S725r Sousa, Tainá Xavier de.
Representações *queer* na literatura espanhola [manuscrito]
: gênero e sexualidade nas obras *Sonetos del amor oscuro* de
Federico García Lorca e *Una mala noche la tiene cualquiera* de
Eduardo Mendicutti / Tainá Xavier de Sousa. - 2024.
67 f.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Letras
espanhol) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de
Ciências Humanas e Exatas, 2024.

"Orientação : Prof. Dra. Cristiane Agnes Stolet Correia,
Coordenação do Curso de Letras - CCHE".

1. Literatura. 2. Identidade de gênero. 3. Sexualidade. 4.
Análise literária. I. Título

21. ed. CDD 801.95

TAINA XAVIER DE SOUSA

REPRESENTAÇÕES QUEER NA LITERATURA ESPANHOLA: GÊNERO E
SEXUALIDADE NAS OBRAS 'SONETOS DEL AMOR OSCURO' (LORCA) E 'UNA
MALA NOCHE LA TIENE CUALQUIERA' (MENDICUTTI)

Monografia apresentado à
Coordenação do Curso de Letras
Espanhol da Universidade Estadual da
Paraíba, como requisito parcial à
obtenção do título de Licenciada em
Letras

Aprovada em: 29/10/2024.

Documento assinado eletronicamente por:

- **Cristiane Agnes Stolet Correia** (**.228.087-**), em **23/11/2024 10:06:44** com chave **c9e5f93ea99b11efafe51a1c3150b54b**.
- **Francisco Lima Baca** (**.556.408-**), em **23/11/2024 10:41:45** com chave **ae6277faa9a011ef9bce06adb0a3afce**.
- **Wanderlan da Silva Alves** (**.876.541-**), em **25/11/2024 07:32:04** com chave **834b9528ab1811ef960806adb0a3afce**.

Documento emitido pelo SUAP. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QrCode ao lado ou acesse https://suap.uepb.edu.br/comum/autenticar_documento/ e informe os dados a seguir.

Tipo de Documento: Termo de Aprovação de Projeto Final

Data da Emissão: 27/11/2024

Código de Autenticação: b98839



Dedico à minha mãe, por seu amor incondicional, paciência e por sempre acreditar em mim, sendo uma fonte constante de apoio e força em minha vida.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho é resultado de uma jornada repleta de desafios e aprendizado. Cada obstáculo superado e cada descoberta feita ao longo desse caminho contribuíram para meu crescimento pessoal e acadêmico, e sou grata por tudo que me trouxe até aqui.

À minha mãe, meu alicerce, a quem sou eternamente grata. Ela sempre esteve ao meu lado, me oferecendo amor, paciência e apoio incondicional, mesmo nos momentos mais difíceis. Mãe, sem o seu carinho, sacrifícios e conselhos, eu não seria o que sou hoje. Obrigado por acreditar em mim e por ser minha maior fonte de inspiração.

À minha orientadora, Cristiane Agnes, sou muito grata pela flexibilidade e paciência ao longo deste processo. Seu apoio e orientação fizeram toda a diferença para a realização deste trabalho.

A todos que de alguma forma contribuíram para essa conquista, meu sincero obrigada.

RESUMO

Este trabalho analisa as representações queer na literatura espanhola, com ênfase nas obras *Sonetos del amor oscuro* (1984) de Federico García Lorca e *Una mala noche la tiene cualquiera* (1982) de Eduardo Mendicutti. A pesquisa busca entender como as identidades de gênero e sexualidade foram abordadas em diferentes contextos históricos e sociais, destacando a evolução dessas representações desde a repressão da ditadura de Franco até a crescente visibilidade e aceitação nas obras contemporâneas. Utilizamos como base teórica os conceitos de Foucault sobre poder e sexualidade, de Butler sobre performatividade de gênero e Louro acerca da teoria queer, explorando como essas ideias se manifestam na literatura. No contexto da produção literária de Federico García Lorca, seus sonetos, compostos entre 1935 e 1936, são uma expressão íntima e velada de seus sentimentos, marcados por uma linguagem carregada de simbolismo e metáforas. A sensibilidade poética de Lorca torna-se uma forma de protesto contra o regime, emergindo como símbolo de resistência à opressão política e social que marcava a Espanha da época. Da mesma forma, o romance de Mendicutti, ambientado no golpe de Estado de 1981 na Espanha, trata da resistência em tempos de crise política. A trama acompanha a travesti La Madelón, que vive a ameaça de uma nova ditadura. O romance explora a marginalização e a luta pessoal de Madelón, paralelamente à instabilidade política, mostrando a opressão e os desafios de viver em um regime autoritário. Ambos os autores, em seus respectivos contextos, utilizam a literatura como forma de resistência, abordando temas de identidade, opressão e luta contra a repressão política. A análise dos dois autores permite traçar um panorama das transformações nas normas sociais relacionadas a gênero e sexualidade ao longo do tempo. Desse modo, buscamos contribuir para um entendimento mais profundo da evolução das representações queer na literatura espanhola, ressaltando o papel da literatura como espaço de contestação e afirmação das diversidades de gênero e sexualidade. Como resultado, podemos perceber que as representações de gênero e sexualidade na literatura vão além de meros reflexos de realidades sociais; elas atuam como agentes de mudança, desafiando normas e promovendo maior visibilidade para experiências frequentemente marginalizadas.

Palavras chave: Identidade. Gênero. Sexualidade. Lorca. Mendicutti.

RESUMEN

Este trabajo analiza las representaciones queer en la literatura española, con énfasis en las obras *Sonetos del amor oscuro* (1984) de Federico García Lorca y *Una mala noche la tiene cualquiera* (1982) de Eduardo Mendicutti. La investigación pretende comprender cómo se han abordado las identidades de género y la sexualidad en diferentes contextos históricos y sociales, destacando la evolución de estas representaciones desde la represión de la dictadura franquista hasta su creciente visibilidad y aceptación en las obras contemporáneas. Utilizamos como base teórica los conceptos de poder y sexualidad de Foucault, de performatividad de género de Butler y de teoría queer con Louro, explorando cómo estas ideas se manifiestan en la literatura. En el contexto de la producción literaria de Federico García Lorca, sus sonetos, compuestos entre 1935 y 1936, son una expresión íntima y velada de sus sentimientos, marcados por un lenguaje lleno de simbolismos y metáforas. La sensibilidad poética de Lorca se convirtió en una forma de protesta contra el régimen, surgiendo como un símbolo de resistencia a la opresión política y social que marcaba la España de la época. Del mismo modo, la novela de Mendicutti, ambientada en el golpe de Estado de 1981 en España, trata de la resistencia en tiempos de crisis política. La trama sigue a la travesti La Madelón, que vive bajo la amenaza de una nueva dictadura. La novela explora la marginación y la lucha personal de La Madelón junto a la inestabilidad política, mostrando la opresión y los retos de vivir en un régimen autoritario. Ambos autores, en sus respectivos contextos, utilizan la literatura como forma de resistencia, abordando temas de identidad, opresión y lucha contra la represión política. El análisis de estos dos autores nos permite trazar un panorama de las transformaciones de las normas sociales relacionadas con el género y la sexualidad a lo largo del tiempo. De este modo, pretendemos contribuir a una comprensión más profunda de la evolución de las representaciones queer en la literatura española, destacando el papel de la literatura como espacio de contestación y afirmación de la diversidad de género y sexual. Como resultado, podemos percibir que las representaciones de género y sexualidad en la literatura van más allá del mero reflejo de realidades sociales; actúan como agentes de cambio, desafiando normas y promoviendo una mayor visibilidad de experiencias que a menudo son marginadas.

Palabras clave: Identidad. Género. Sexualidad. Lorca. Mendicutti

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	8
1 PODER, GÊNERO E SEXUALIDADE.....	10
1.1 O poder na perspectiva de Foucault.....	10
1.1.1 O Biopoder e a Biopolítica.....	10
1.1.2 O Poder disciplinar.....	14
1.1.3 Mecanismos de controle.....	18
1.1.4 Panoptismo e o poder sobre os corpos.....	20
1.1.5 A questão da sexualidade.....	22
1.1.6 A moral dos prazeres.....	26
1.1.7 O conceito da homossexualidade.....	30
1.2 O conceito de gênero na perspectiva de Butler.....	30
1.2.1 A distinção entre sexo e gênero.....	31
1.2.2 Identidade e a heterossexualidade compulsória.....	34
1.2.3 Performatividade e o gênero como performance.....	36
2 LITERATURA QUEER E A HOMOSSEXUALIDADE NA LITERATURA ESPANHOLA.....	37
2.1 Amor, angústia e repressão nos poemas de Federico Garcia Lorca.....	46
2.1.1 <i>Sonetos del amor oscuro</i>	49
2.2 Liberdade em uma sociedade em mudança.....	57
2.2.1 <i>Una mala noche la tiene cualquiera</i>	57
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	65
REFERENCIAS.....	66

INTRODUÇÃO

A literatura é uma das manifestações artísticas mais poderosas da cultura humana, funcionando como um espelho da sociedade. Ela nos conecta a diferentes épocas e lugares, oferecendo uma janela para as emoções, dilemas e aspirações que definem a condição humana. A literatura não é apenas um reflexo da realidade, mas também um agente de mudança que promove diálogos sobre questões sociais cruciais.

Um aspecto poderoso da literatura é a construção da identidade. Ao ler sobre as experiências de personagens diversos, os leitores podem se reconhecer ou confrontar realidades desconhecidas. Essa representação é especialmente significativa em sociedades multiculturais, onde a diversidade de vozes e perspectivas oferece um espaço para que todos sejam ouvidos e compreendidos. A literatura nos convida a explorar não apenas nossas próprias histórias, mas também as dos outros, promovendo um diálogo entre diferentes culturas e experiências de vida, além de examinar as dinâmicas de poder que as moldam.

Em particular, as representações de gênero e sexualidade têm se tornado temas centrais, revelando não apenas as normas sociais vigentes, mas também as lutas e as resistências de indivíduos e grupos marginalizados. No contexto da literatura espanhola, essa discussão é especialmente pertinente, considerando as profundas transformações políticas e culturais que o país enfrentou, sobretudo durante e após uma longa ditadura.

Partindo dessa premissa, o presente trabalho faz uma análise das representações queer na literatura espanhola, com foco nas obras *Sonetos del amor oscuro* (1984) de Federico García Lorca e *Una mala noche la tiene cualquiera* (1982) de Eduardo Mendicutti. A escolha desse enfoque permite traçar um panorama da evolução das discussões sobre gênero e sexualidade na literatura espanhola, destacando como diferentes contextos históricos e sociais influenciaram a produção literária.

A questão central que orienta este estudo é: de que maneira as representações queer, especialmente nas obras de Lorca e Mendicutti, refletem as normas sociais e culturais relacionadas a gênero e sexualidade? Para responder a essa pergunta, exploraremos como essas representações dialogam com os contextos históricos em que foram produzidas, considerando, por exemplo, como as

experiências de Lorca sob o regime de Franco influenciam sua abordagem sobre identidade queer e de que forma a literatura contemporânea expande ou reinterpreta esses temas. Para tanto, utilizaremos como aportes teóricos autores como Foucault (1986, 1987, 1999 e 2003), Butler (2018 e 2019), Louro (2004) e outros, cujas teorias sobre construção de gênero, poder e sexualidade serão fundamentais para a compreensão das obras em questão. Além disso, será considerada a crítica literária relacionada a Lorca e Mendicutti, a fim de contextualizar e aprofundar a análise.

Este estudo é relevante não apenas para a compreensão das narrativas queer na literatura espanhola, mas também para a reflexão mais ampla sobre como a literatura pode servir como um espaço de resistência e afirmação de identidades marginalizadas. A análise das obras de Lorca e Mendicutti revela como as vozes queer têm sido, e continuam a ser, fundamentais na luta contra a opressão e na busca por reconhecimento e inclusão. Essa pesquisa contribuirá para a construção de um entendimento mais profundo sobre as complexidades das identidades de gênero e sexualidade, ampliando o diálogo sobre a diversidade cultural e social na literatura contemporânea.

O trabalho está organizado em dois capítulos. No primeiro capítulo, são apresentadas as contribuições teóricas de Foucault e Butler sobre a construção das identidades de gênero e sexualidade, com foco em suas concepções de poder, discurso e performatividade.

O segundo capítulo examina a literatura queer e a homossexualidade na literatura espanhola e se dedica à análise das obras anteriormente citadas, investigando como as narrativas desses escritores dialogam com os contextos sociopolíticos de suas épocas, evidenciando a evolução das discussões sobre identidade queer na literatura espanhola. Serão examinadas as lutas e resistências enfrentadas por indivíduos e grupos marginalizados, bem como o impacto dessas obras na formação de uma cultura mais diversa.

1 PODER, GÊNERO E SEXUALIDADE

1.1 O poder na perspectiva de Foucault

O poder, em seu contexto social, emerge como uma força complexa que permeia as interações humanas, moldando e, por vezes, controlando a vida das pessoas. Esse fenômeno transcende estruturas políticas e institucionais, manifestando-se em diferentes formas, desde o poder formal exercido por governos até dinâmicas sutis presentes em relações interpessoais. No cerne do poder social está a capacidade de influenciar e determinar ações, decisões e comportamentos. Aqueles que detêm poder muitas vezes moldam normas, valores e narrativas que orientam a sociedade. Neste estudo, vamos analisar como o poder opera de maneira complexa e sutil na sociedade moderna, utilizando como base teórica as obras do influente filósofo e teórico social francês, Michel Foucault. Em "A Microfísica do Poder" (1986), "Vigiar e Punir" (1987), "História da Sexualidade I" (1999) e "História da Sexualidade II" (2003). Foucault examina como o poder se manifesta nas relações sociais e como os indivíduos são submetidos a diversas formas de controle em uma sociedade disciplinar. Inicialmente, buscaremos compreender como essas relações de poder funcionam a partir de alguns conceitos.

1.1.1 O Biopoder e a Biopolítica

Durante muito tempo, na história da humanidade, o soberano deteve o poder absoluto sobre a vida dos súditos. No entanto, ao longo do tempo, esse poder tornou-se mais condicionado, sendo exercido principalmente em situações de autodefesa do soberano ou como punição para aqueles que desafiavam suas leis. Foucault (1999) explora a evolução do direito de vida e morte, sugerindo que essa evolução pode estar relacionada a uma mudança nas formas de poder na sociedade, passando de um foco na apropriação de bens e serviços para incluir também o controle sobre a vida dos indivíduos.

O princípio: poder matar para poder viver, que sustentava a tática dos combates, tornou-se princípio de estratégia entre Estados; mas a existência em questão já não é aquela — jurídica — da soberania, é outra — biológica — de uma população. Se o genocídio é, de fato, o sonho dos poderes

modernos, não é por uma volta, atualmente, ao velho direito de matar; mas é porque o poder se situa e exerce ao nível da vida, da espécie, da raça e dos fenômenos maciços de população (Foucault, 1999, p.130).

A ideia é que o poder não está mais centrado no direito soberano de tirar a vida em situações específicas, mas sim em estratégias que afetam a vida em sua totalidade. A mudança crucial ocorre na compreensão da existência em questão. Antes, era predominantemente uma questão jurídica relacionada à soberania. No entanto, agora, o foco se desloca para uma dimensão biológica que abrange a população como um todo. O desejo de controle e poder não está mais vinculado apenas ao direito tradicional de tirar vidas individualmente. Em vez disso, o poder agora almeja influenciar e controlar aspectos mais amplos da vida e da existência coletiva.

Neste contexto, Foucault (1999) analisa como o poder moderno se manifesta na sociedade. Ele introduziu a noção de “biopoder”, onde lança luz sobre a maneira como as instituições e o Estado exercem controle sobre as populações, não apenas por meio da coerção direta, mas também por meio de técnicas de governança que moldam a vida, a saúde e o bem-estar dos indivíduos.

Logo, o biopoder refere-se ao exercício do poder sobre a vida. Enquanto a concepção tradicional do poder se concentrava na soberania e no controle sobre os corpos individuais, o biopoder lida com o controle e a gestão dos processos vitais que caracterizam a população. Isso inclui questões como natalidade, mortalidade, sexualidade, saúde, reprodução e bem-estar. “A velha potência da morte em que se simbolizava o poder soberano é agora, cuidadosamente, recoberta pela administração dos corpos e pela gestão calculista da vida” (Foucault, 1999, p.132). Assim, o biopoder não se manifesta apenas em níveis governamentais, mas também em instituições sociais, econômicas e culturais. Essas práticas de controle são exercidas com a defesa discursiva de otimizar a população, regular a saúde pública e manter o funcionamento da sociedade.

Foucault (1999) distingue o biopoder em duas formas principais: a anátomo-política do corpo e a biopolítica da população. A anátomo-política trata do controle exercido sobre os corpos individuais. Envolve a regulação e disciplina dos corpos humanos em instituições como escolas, hospitais, fábricas e prisões. Dispositivos disciplinares operam nessas instituições para moldar comportamentos

e corpos de acordo com as normas da sociedade, visando otimizar a produtividade e controlar o tempo e o espaço em que as pessoas vivem e trabalham. A anátomo-política do corpo “[...] centrou-se no corpo como máquina: no seu adestramento, na ampliação de suas aptidões, na extorsão de suas forças, no crescimento paralelo de sua utilidade e docilidade, na sua integração em sistemas de controle eficazes e econômicos” (Foucault, 1999, p.132).

Por outro lado, a biopolítica da população concentra-se na gestão de fenômenos em massa, como taxas de natalidade, migração, epidemias e expectativa de vida. Isso implica o uso de saberes e práticas específicas por parte do Estado, instituições de saúde e outras entidades governamentais e sociais para controlar e regular a vida e a reprodução da população. A biopolítica visa garantir a sobrevivência, o crescimento e a estabilidade do corpo social, bem como manter o funcionamento da economia e a ordem política. Mediante uma “série de intervenções e controles reguladores” (Foucault, 1999, p.132), o Estado busca moldar e direcionar esses fenômenos de acordo com seus objetivos políticos e sociais.

Neste sentido, Foucault (1999) argumenta que o "biopoder" foi fundamental para o desenvolvimento do capitalismo, pois tem a capacidade de governar e controlar não apenas os indivíduos, mas também a vida em geral, de modo a torná-la útil para os processos econômicos. Isso envolve não apenas a inserção controlada dos corpos no aparato de produção, mas também a capacidade de aumentar as forças, habilidades e vida das pessoas, tornando-as mais dóceis e úteis.

Este bio-poder, sem a menor dúvida, foi elemento indispensável ao desenvolvimento do capitalismo, que só pôde ser garantido à custa da inserção controlada dos corpos no aparelho de produção e por meio de um ajustamento dos fenômenos de população aos processos econômicos (Foucault, 1999, p.133).

Em síntese, a biopolítica é o uso do poder político e estatal para controlar e gerenciar a vida das populações. Onde o Estado não busca apenas controlar através da coerção e da repressão, mas também administrar a vida da população por meio de políticas e regulamentações que afetam a saúde, a natalidade, a educação, a segurança social e outros aspectos fundamentais da existência humana.

De acordo com Foucault (1999), a biopolítica preocupa-se com as ligações e influências mútuas entre a política e a vida. Atua sobre a sociedade para administrar, manipular, controlar e otimizar a vida humana, já o biopoder é uma forma mais sutil e insidiosa de controle social, que opera por meio da normalização e da disciplina dos corpos humanos. Neste contexto, emerge um novo poder; o poder normalizador.

Mas um poder que tem a tarefa de se encarregar da vida terá necessidade de mecanismos contínuos, reguladores e corretivos. Já não se trata de pôr a morte em ação no campo da soberania, mas de distribuir os vivos em um domínio de valor e utilidade. Um poder dessa natureza tem de qualificar, medir, avaliar, hierarquizar, mais do que se manifestar em seu fausto mortífero; não tem que traçar a linha que separa os súditos obedientes dos inimigos do soberano, opera distribuições em torno da norma (Foucault, 1999, p.136).

O foco desse novo poder não é tirar a vida das pessoas, mas regular e distribuir os indivíduos de acordo com critérios de valor e utilidade. Isso envolve a qualificação e hierarquização das pessoas com base em diversos parâmetros, como saúde, produtividade e conformidade com as normas sociais.

A lei desempenha um papel fundamental nesse contexto, mas sua função muda. Ela se torna uma norma que estabelece padrões de comportamento “[...] cujas funções são sobretudo reguladoras” (Foucault, 1999, p.136). E o sistema legal concentra-se mais na regulação e manutenção da ordem do que na punição direta.

Além disso, esse poder normalizador, entrelaçado nas diversas instituições capitalistas, exerce uma influência abrangente sobre a sociedade. Ao regular as condutas e estabelecer padrões, contribui para a conformidade com as normas socialmente aceitas. A sua presença é notável não apenas no campo legal, médico e administrativo, mas também permeia as interações cotidianas.

No contexto das instituições de saúde, por exemplo, o poder normalizador orienta práticas médicas, protocolos de tratamento e critérios de normalidade. Da mesma forma, nas esferas administrativas, molda políticas organizacionais e estruturas hierárquicas, criando um ambiente que reflete os valores normativos em vigor. Isso implica que a normalização, ou seja, a imposição de normas, padrões e regulamentos, passou a desempenhar um papel central no funcionamento das sociedades.

Neste sentido, uma sociedade normalizadora é o resultado de uma tecnologia de poder que opera de forma abrangente, regulando não apenas as ações das pessoas, mas também suas mentes, identidades e corpos. Ela cria normas, valores e padrões que refletem o controle exercido sobre a vida das pessoas, muitas vezes de maneira imperceptível, e molda as estruturas sociais e culturais em conformidade com as normas estabelecidas. O poder disciplinar é uma dessas tecnologias.

1.1.2 O Poder disciplinar

Ao contrário das formas tradicionais de poder que muitas vezes são exercidas por instituições centralizadas e visíveis, como o Estado ou governos, o poder disciplinar atua de maneira mais difusa e sutil. Ele se manifesta nos níveis microscópicos da sociedade, penetrando nas práticas cotidianas, nos procedimentos e nas interações sociais. Nesse contexto, a disciplina desempenha um papel fundamental. Ela opera como uma técnica de controle social, moldando não apenas as ações visíveis, mas também os pensamentos e as atitudes das pessoas. A disciplina muitas vezes funciona de forma não coercitiva, mas sim como um mecanismo internalizado de autocontrole.

Diante disso, Foucault analisa a evolução das práticas de controle social ao longo dos séculos, destacando a transição da punição física para métodos mais sutis e eficazes de disciplina. Ele examina como o poder opera de maneira complexa e sutil na sociedade moderna:

Houve, durante a época clássica, uma descoberta do corpo como objeto e alvo de poder. Encontramos facilmente sinais dessa grande atenção dedicada então ao corpo — ao corpo que se manipula, se modela, se treina, que obedece, responde, se torna hábil ou cujas forças se multiplicam (Foucault, 1987, p.163).

Logo, o foco é dedicado ao corpo — um corpo que é moldado, treinado, manipulado, que obedece a comandos, responde a estímulos e se torna hábil, tendo suas forças multiplicadas. Essa atenção intensa revela uma compreensão mais profunda do corpo como um meio pelo qual se pode exercer controle e influência, marcando um ponto de virada na percepção e no tratamento do corpo na sociedade da época clássica.

Um dos principais conceitos abordados por Foucault é a ideia de vigilância constante. Ele explica, que nas instituições disciplinares, os indivíduos são submetidos a uma observação minuciosa e contínua, criando uma sensação de autoconsciência que os leva a conformar seu comportamento aos padrões estabelecidos.

A escala, em primeiro lugar, do controle: não se trata de cuidar do corpo, em massa, grosso modo, como se fosse uma unidade indissociável mas de trabalhá-lo detalhadamente; de exercer sobre ele uma coerção sem folga, de mantê-lo ao nível mesmo da mecânica — movimentos, gestos, atitude, rapidez: poder infinitesimal sobre o corpo ativo (Foucault, 1987, p.163).

Desse modo, o controle não é aplicado de forma simplista, como se o corpo fosse uma entidade única e inseparável. Em vez disso, trabalha o corpo minuciosamente, exercendo coerção constante. A ênfase recai sobre a necessidade de manter o corpo em um nível mecânico, controlando cada aspecto de forma detalhada e incisiva.

Foucault (1987, p.178) afirma que “a disciplina define cada uma das relações que o corpo deve manter com o objeto que manipula. Ela estabelece cuidadosa engrenagem entre um e outro”. Ou seja, a disciplina não apenas controla o comportamento, mas também molda as relações dos indivíduos. Essas práticas disciplinares influenciam a maneira como as pessoas percebem a si mesmas e como são percebidas pelos outros. Isso ocorre através da internalização de normas e valores, que, ao longo do tempo, contribuem para a construção da identidade pessoal. “Através dessa técnica de sujeição, um novo objeto vai-se compondo” (Foucault, 1987, p.180), criando sujeitos disciplinados que internalizam as normas e valores das instituições, afetando profundamente a forma como as pessoas se percebem e se relacionam com o mundo.

O poder disciplinar é com efeito um poder que, em vez de se apropriar e de retirar, tem como função maior “adestrar”; ou sem dúvida adestrar para retirar e se apropriar ainda mais e melhor. Ele não amarra as forças para reduzi-las; procura ligá-las para multiplicá-las e utilizá-las num todo. Em vez de dobrar uniformemente e por massa tudo o que lhe está submetido, separa, analisa, diferencia, leva seus processos de decomposição até às singularidades necessárias e suficientes (Foucault, 1987, p.195).

Em contraste com uma simples coação uniforme, o poder disciplinar busca uma otimização das forças individuais, não apenas controlando, mas também organizando e canalizando tais forças para objetivos específicos.

Nesse sentido, Foucault (1987) analisa que as instituições sociais, como escolas, prisões e hospitais, exercem o poder disciplinar sobre os indivíduos. “Um poder que toma os indivíduos ao mesmo tempo como objetos e como instrumentos de seu exercício” (Foucault, 1987, p.195). Ele argumenta que o poder disciplinar se baseia na vigilância constante, na normalização de comportamentos e no controle das ações das pessoas. Esse poder opera não apenas de cima para baixo, mas também horizontalmente, em que os próprios indivíduos passam a se monitorar e controlar.

Segundo Foucault (1987, p.196) “todo o poder seria exercido somente pelo jogo de uma vigilância exata; e cada olhar seria uma peça no funcionamento global do poder”. Ele enfatiza a ideia de que o poder não é uma entidade monolítica e centralizada, mas sim uma rede complexa de relações que permeiam todas as esferas da sociedade. Manifestando-se em níveis microscópicos, nas interações cotidianas e nos discursos. O poder na vigilância hierarquizada é contínuo e funcional:

O que permite ao poder disciplinar ser absolutamente indiscreto, pois está em toda parte e sempre alerta, pois em princípio não deixa nenhuma parte às escuras e controla continuamente os mesmos que estão encarregados de controlar; e absolutamente “discreto”, pois funciona permanentemente e em grande parte em silêncio. A disciplina faz “funcionar” um poder relacional que se auto-sustenta por seus próprios mecanismos e substitui o brilho das manifestações pelo jogo ininterrupto dos olhares calculados (Foucault, 1987, p.202).

Essa forma de poder não é centralizada em um único local ou figura, mas é distribuída em várias instituições e práticas sociais. Foucault sugere que esse dispositivo disciplinar é mais eficaz do que as formas tradicionais de punição, pois moldam o comportamento das pessoas ao internalizar normas e valores socialmente aceitos. Isso cria uma sociedade disciplinada em que as pessoas se auto controlam de acordo com as normas estabelecidas, sem a necessidade constante de coerção externa.

Logo, Foucault (1987) percebeu que a nossa sociedade se tornou normativa, que somos guiados pelas normas e elas regem nossa vida com muito mais força do que as leis. “Os dispositivos disciplinares produziram uma “penalidade da norma” que é irredutível em seus princípios e seu funcionamento à penalidade tradicional da lei” (Foucault, 1987, p.208). Os nossos comportamentos, as nossas condutas e

gestos são totalmente normativos. “Tal como a vigilância e junto com ela, a regulamentação é um dos grandes instrumentos de poder” (Foucault, 1987, p.208). Desse modo, somos totalmente vigiados e essa vigilância feita pelas instituições, cria formas de conduta, e essas normas fazem com que o indivíduo aja de acordo com uma normalidade. O indivíduo não age muitas vezes porque não acha normal.

Em certo sentido, o poder de regulamentação obriga à homogeneidade; mas individualiza, permitindo medir os desvios, determinar os níveis, fixar as especialidades e tornar úteis as diferenças, ajustando-as umas às outras. Compreende-se que o poder da norma funcione facilmente dentro de um sistema de igualdade formal, pois dentro de uma homogeneidade que é a regra, ele introduz, como um imperativo útil e resultado de uma medida, toda a gradação das diferenças individuais (Foucault, 1987, p.208-9).

Neste sentido, Foucault (1987) reflete que o homem contemporâneo é um sujeito totalmente normativo, ligado a normas de conduta estabelecidas pelas instituições, como a família, a igreja, a escola, etc. Essas normas não possuem função de lei, mas tem a função de uma aparato legal a partir daquela instituição, ou seja, o indivíduo, ao descumprir determinada norma, não será preso, mas sim recriminado por aquele grupo social.

E para se exercer, esse poder deve adquirir o instrumento para uma vigilância permanente, exaustiva, onipresente, capaz de tornar tudo visível, mas com a condição de se tornar ela mesma invisível. Deve ser como um olhar sem rosto que transforme todo o corpo social em um campo de percepção: milhares de olhos postados em toda parte, atenções móveis e sempre alerta, uma longa rede hierarquizada (Foucault, 1987, p.237).

Em outras palavras, esse poder busca uma vigilância total sobre a sociedade, utilizando um instrumento onipresente, impessoal e invisível, que transforma o corpo social em um campo de percepção constantemente monitorado. Onde importa mais a força da norma, a força dos olhares constantes, do que propriamente a força da lei.

Em suma, a disciplina é, essencialmente, o processo pelo qual as normas, regras e expectativas da sociedade são internalizadas pelos indivíduos, levando-os a conformar-se a essas normas de maneira quase automática. “[...] é um tipo de poder, uma modalidade para exercê-lo, que comporta todo um conjunto de instrumentos, de técnicas, de procedimentos, de níveis de aplicação, de alvos; ela é

uma “física” ou uma “anatomia” do poder, uma tecnologia” (Foucault, 1987, p.238). E sua aplicação ocorre em uma variedade de contextos, desde as escolas até o ambiente de trabalho e a vida cotidiana.

A disciplina envolve a conformação dos corpos e mentes das pessoas de acordo com os padrões sociais aceitáveis, atuando como um mecanismo de controle, sendo o corpo um ponto focal onde o poder se desdobra de maneiras complexas.

1.1.3 Mecanismos de controle

Conforme Foucault, no século XVII, o corpo do rei era essencial na monarquia. No entanto, com a ascensão da república “una e indivisível”, a situação mudou. “[...] é o corpo da sociedade que se torna, no decorrer do século XIX, o novo princípio” (Foucault, 1986, p.216). A sociedade se torna o foco central, e a necessidade passa a ser proteger esse “corpo social” de maneira quase médica. Não é o consenso que dá origem ao corpo social, mas sim a materialidade do poder que se exerce sobre os corpos individuais. Ou seja, o poder é exercido sobre o corpo dos indivíduos, e essa materialidade do poder é o que molda a sociedade e suas instituições.

E este corpo que será preciso proteger, de um modo quase médico: em lugar dos rituais através dos quais se restaurava a integridade do corpo do monarca, serão aplicadas receitas terapêuticas como a eliminação dos doentes, o controle dos contagiosos, a exclusão dos delinquentes. A eliminação pelo suplício é, assim, substituída por métodos de assepsia: a criminologia, a eugenia, a exclusão dos “degenerados” (Foucault, 1986, p.216).

Neste sentido, Foucault explica que o corpo não é apenas um objeto passivo do poder, mas uma arena onde o poder é exercido e moldado. O poder não se limita a relações de dominação direta, mas permeia todos os aspectos da vida social, incluindo a forma como percebemos e lidamos com nossos próprios corpos.

“Se foi possível constituir um saber sobre o corpo, foi através de um conjunto de disciplinas militares e escolares. E a partir de um poder sobre o corpo que foi possível um saber fisiológico, orgânico” (Foucault, 1986, p.220). Foucault sugere que o conhecimento sobre o corpo humano, sua anatomia, fisiologia e funcionamento, não surgiu espontaneamente. Em vez disso, foi construído e moldado por meio de disciplinas e instituições que exercem poder e controle sobre

os indivíduos, como as disciplinas militares (que controlam o corpo na esfera militar) e as instituições escolares (que moldam o corpo e a mente dos alunos).

Por conseguinte, as instituições e normas sociais exercem controle sobre o corpo e o comportamento das pessoas, moldando-os de acordo com os interesses do poder dominante. Escolas, prisões, hospitais e o exército empregam métodos de vigilância, punição e recompensa para moldar a conduta das pessoas e torná-las obedientes aos padrões estabelecidos. “O enraizamento do poder, as dificuldades que se enfrenta para se desprender dele vêm de todos estes vínculos” (Foucault, 1986, p.220).

Esse poder normalizador se concentra em "adestrar" os indivíduos, e para isso, utiliza mecanismos simples: a vigilância hierárquica, a sanção normalizadora e o exame (Foucault, 1986). A vigilância hierárquica cria um efeito de poder através do olhar, fazendo com que o indivíduo adestrado se sinta constantemente observado. Foucault argumenta que a vigilância hierárquica não é apenas uma questão de controle externo, mas também internaliza as normas e valores do sistema em cada indivíduo. É como “uma vigilância permanente, exaustiva, capaz de tornar tudo visível à condição de se tornar ela própria invisível” (Foucault, 1986, p.234). Isso cria um estado de autocontrole, em que as pessoas passam a vigiar a si mesmas e a conformar-se com as expectativas sociais, sem necessidade de uma supervisão constante.

Tal qual, a sanção normalizadora envolve penalidades relacionadas ao tempo, atividade, comportamento, corpo e sexualidade, visando controlar comportamentos desviantes. Funciona como um mecanismo de controle que se concentra na regulação do comportamento e da conduta das pessoas por meio da aplicação de normas e padrões socialmente aceitos. As normas definem o que é considerado "normal" e "anormal" em uma sociedade ou contexto específico. Através da socialização e da educação, as normas são internalizadas pelos indivíduos, que então passam a regular seu próprio comportamento de acordo com essas normas.

“Tal como a vigilância e junto com ela, a regulamentação é um dos grandes instrumentos de poder” (Foucault, 1987, p.208). Ela envolve recompensas e punições sociais que são aplicadas com base no grau de conformidade ou desvio em relação às normas. Ela é uma forma sutil de controle social que influencia o comportamento das pessoas sem a necessidade de supervisão constante.

Por fim, o exame é uma técnica de controle normalizante que permite qualificar, classificar e punir os indivíduos de forma contínua. É um mecanismo de controle que Foucault descreve como uma forma de controle disciplinar, que opera em várias instituições, como escolas, hospitais e prisões. E envolve a avaliação sistemática e regular dos indivíduos por meio de testes, exames, avaliações e questionários.

O exame é a vigilância permanente, classificatória, que permite distribuir os indivíduos, julgá-los, medi-los, localizá-los e, por conseguinte, utilizá-los ao máximo. Através do exame, a individualidade torna-se um elemento pertinente para o exercício do poder (Foucault, 1986, p.167).

Assim, o exame não apenas avalia o desempenho ou conhecimento das pessoas, mas também as classifica, hierarquiza e assegura que se ajustem às normas predefinidas. Ele cria uma pressão constante para melhorar o desempenho e a conformidade com as normas estabelecidas, uma vez que as classificações e avaliações têm implicações significativas para as oportunidades e o status dos indivíduos na sociedade.

Desse modo, esses mecanismos de controle exercem influência sobre a sociedade operando em diversas áreas para moldar comportamentos, normas e estruturas sociais. Tanto de modo formal, através de leis e políticas, quanto de maneira informal, por meio de práticas culturais, esses mecanismos exercem influência sobre a vida cotidiana das pessoas.

1.1.4 Panoptismo e o poder sobre os corpos

Buscando compreender melhor os mecânicos de controle, Foucault desenvolve o conceito de panoptismo a partir da ideia de Bentham. Essa ideia se torna um símbolo do poder disciplinar, em que a vigilância constante cria um ambiente de autocontrole entre os indivíduos, levando-os a conformar-se às normas e regras estabelecidas pela sociedade. “O dispositivo panóptico organiza unidades espaciais que permitem ver sem parar e reconhecer imediatamente” (Foucault, 1987, p.224).

Esse sistema tem como objetivo principal o controle das pessoas, seja através de castigos, recompensas ou correções. Ou seja, é um modelo de poder que se baseia na observação constante e discreta das ações individuais, exercendo

influência e autoridade de forma eficaz. “O Panóptico pode ser utilizado como máquina de fazer experiências, modificar o comportamento, treinar ou retreinar os indivíduos. Experimentar remédios e verificar seus efeitos” (Foucault, 1987, p.227).

Em outras palavras, essa estrutura permite não apenas a vigilância eficaz, mas também a oportunidade de conduzir experimentos e testar métodos de modificação comportamental em um ambiente controlado. Para Foucault (1987), o panoptismo representa uma forma eficiente de exercício do poder disciplinar, pois cria um ambiente em que as pessoas internalizam a vigilância como parte de suas vidas cotidianas. A partir do momento em que percebem que podem ser constantemente observadas, elas passam a regular seu comportamento de acordo com normas e regras preestabelecidas para evitar punições ou sanções.

O panoptismo também gera um sentimento de autocontrole das pessoas vigiadas. Ao imaginarem-se sempre sob o olhar atento do outro, elas passam a monitorar permanentemente seu próprio comportamento e se autocensuram para garantir a conformidade com as expectativas sociais. Dessa forma, o poder disciplinar não precisa mais ser exercido externamente por meio da coerção física; ele é interiorizado pelos indivíduos, tornando-se uma força invisível e onipresente.

Neste sentido, o dispositivo panóptico não é apenas um ponto de interseção entre um mecanismo de poder e uma função, mas sim, “uma maneira de fazer funcionar relações de poder numa função, e uma função para essas relações de poder” (Foucault, 1987, p.230). Ou seja, desempenha um papel ativo na operação das relações de poder na função em questão. Além disso, a função em si é influenciada e moldada pelas relações de poder que o dispositivo panóptico ajuda a estabelecer e manter.

Outro aspecto importante do panoptismo é sua capacidade de criar indivíduos hierarquizados e normalizados. Através da vigilância constante, são selecionados aqueles que se enquadram nos padrões desejáveis e excluídos aqueles que não se adequam. Assim, o poder disciplinar atua tanto na criação de indivíduos normais quanto na marginalização daqueles considerados anormais ou desviantes.

Ademais, o panoptismo no contexto da sexualidade, pode ser relacionado à questão da visibilidade e invisibilidade. Aqueles que se desviam das normas sexuais estabelecidas podem se sentir constantemente observados e, portanto, tentar esconder ou reprimir sua sexualidade para evitar consequências sociais negativas.

Isso cria um ambiente em que a normatividade sexual é reforçada, muitas vezes à custa da liberdade individual. Esse mecanismo de controle pode levar à conformidade com as normas estabelecidas, mesmo que as pessoas individualmente discordem delas. E a ameaça constante de serem observadas e julgadas pode influenciar as escolhas sexuais das pessoas e moldar as dinâmicas de poder nas relações. Portanto, a sexualidade está sujeita a formas específicas de poder e controle.

1.1.5 A questão da sexualidade

Foucault (1999) reflete que até hoje estaríamos presos a um sistema vitoriano com suas normas rígidas e moralidade restritiva. “Parece que, por muito tempo, teríamos suportado um regime vitoriano e a ele nos sujeitaríamos ainda hoje. A pudicícia imperial figuraria no brasão de nossa sexualidade contida, muda, hipócrita” (Foucault, 1999, p.6).

Por certo, a era vitoriana, que compreendeu a maior parte do século XIX, foi caracterizada por um conjunto de valores conservadores que colocavam um forte ênfase na modéstia, na pureza e na retidão moral. A sexualidade era vista como um tabu, um tópico impróprio para discussão pública, e qualquer desvio das normas sexuais estritas era reprimido. Para Foucault (1999), isso deixou um legado duradouro em nossa sociedade, levando-nos a manter uma relação ambígua e muitas vezes conflituosa com nossa própria sexualidade.

Conforme Foucault (1999), ao longo dos séculos XVIII e XIX, a sexualidade passou de um aspecto secundário da vida para uma preocupação central da sociedade ocidental. Isso envolveu a criação de um discurso em torno da sexualidade e a construção de categorias de identidade sexual, como heterossexualidade e homossexualidade. No século XIX, à medida que a sexualidade foi reprimida e confinada à esfera doméstica, a família conjugal assumiu o controle e restringiu a sexualidade à função de reprodução. O sexo tornou-se um assunto privado, restringindo a discussão pública sobre o assunto. “Em torno do sexo, se cala. O casal, legítimo e procriador, dita a lei. Impõe-se como modelo, faz reinar a norma, detém a verdade, guarda o direito de falar, reservando-se o princípio do segredo” (Foucault, 1999, p.6). Ou seja, qualquer outra relação que não fosse a legítima do “quarto dos pais” era reprimida e recriminada. O

sexo fora do casamento, a prostituição e a homossexualidade eram práticas imorais que precisavam ser reprimidas.

Foucault (1999, p.7) observa que “a repressão funciona, decerto, como condenação ao desaparecimento, mas também como injunção ao silêncio”. O autor reflete que reprimir seria o mesmo que constatar que “não há nada para dizer, nem para ver, nem para saber” (Foucault, 1999, p.7). Aquilo que não é regulado, é reduzido ao silêncio, expulso e a todo custo suprimido.

Desse modo, a hipótese da repressão, no contexto da psicanálise, sugere que a sociedade restringe e reprime os desejos e impulsos sexuais individuais, forçando as pessoas a internalizar normas e valores sexuais que podem ser prejudiciais. Essa repressão, segundo a teoria freudiana, poderia levar a problemas psicológicos e neuroses. Foucault questionou essa ideia, argumentando que a sociedade ocidental não reprimiu os desejos sexuais, mas, em vez disso, instituiu uma série de dispositivos de sexualidade que permitiam o controle e a regulamentação dos comportamentos sexuais. “Se o sexo é reprimido, isto é, fadado à proibição, à inexistência e ao mutismo, o simples fato de falar dele e de sua repressão possui como que um ar de transgressão deliberada” (Foucault, 1999, p.9). Em outras palavras, em um contexto onde o sexo é reprimido, simplesmente falar sobre ele se torna uma forma de desafiar conscientemente essas restrições, sendo mais realista a ideia de controle através da não permissão de se falar do assunto.

Ademais, Foucault (1999) argumenta que, ao longo da história, a sociedade não estava tão interessada em reprimir a sexualidade, mas em organizar e disciplinar os indivíduos através de uma série de normas e regulamentações sexuais.

A sexualidade, longe de ter sido reprimida nas sociedades capitalistas e burguesas, se beneficiou, ao contrário, de um regime de liberdade constante; não se trata de dizer: o poder, em sociedades como as nossas, é mais tolerante do que repressivo e a crítica que se faz da repressão pode, muito bem, assumir ares de ruptura, mas faz parte de um processo muito mais antigo do que ela e, segundo o sentido em que se leia esse processo, aparecerá como um novo episódio na atenuação das interdições ou como forma mais ardilosa ou mais discreta de poder (Foucault, 1999, p.13).

Neste sentido, Foucault (1999) analisa como a sociedade ocidental passou da "era da repressão" para a "era da confissão", na qual as pessoas passaram a ser incentivadas a falar abertamente sobre sua sexualidade, muitas vezes em contextos

médicos, psicológicos e religiosos. Ele argumenta que a sexualidade não foi reprimida no sentido de ser silenciada, mas sim regulamentada por meio de uma série de discursos, práticas e instituições que controlam e normatizam a sexualidade.

Mas o essencial é a multiplicação dos discursos sobre o sexo no próprio campo do exercício do poder: incitação institucional a falar do sexo e a falar dele cada vez mais; obstinação das instâncias do poder a ouvir falar e a fazê-lo falar ele próprio sob a forma da articulação explícita e do detalhe infinitamente acumulado (Foucault, 1999, p.19).

Destaca ainda a importância da confissão como um mecanismo de poder, em que as pessoas eram encorajadas a revelar suas práticas sexuais, desejos e pensamentos, tornando-se assim sujeitos de vigilância e controle. Isso era feito através de várias instituições, como a Igreja, a medicina, a psicologia e até mesmo a família.

A todas as insinuações da carne: pensamentos, desejos, imaginações voluptuosas, deleites, movimentos simultâneos da alma e do corpo, tudo isso deve entrar, agora, e em detalhe, no jogo da confissão e da direção espiritual. O sexo, segundo a nova pastoral, não deve mais ser mencionado sem prudência; mas seus aspectos, suas correlações, seus efeitos devem ser seguidos até às mais finas ramificações: uma sombra num devaneio, uma imagem expulsa com demasiada lentidão, uma cumplicidade mal afastada entre a mecânica do corpo e a complacência do espírito: tudo deve ser dito (Foucault, 1999, p.20).

Nessa perspectiva, Foucault (1999) reflete que em vez de simplesmente proibir a expressão sexual, a sociedade moderna desenvolveu técnicas para "confessar" a sexualidade, como nos confessionários da Igreja Católica, onde as pessoas eram incentivadas a falar sobre suas práticas sexuais. Isso criou uma nova forma de subjetividade sexual, onde os indivíduos eram levados a se autoanalisar e a se enquadrar nas normas sociais.

Não falo da obrigação de confessar as infrações às leis do sexo, como exigia a penitência tradicional; porém da tarefa, quase infinita, de dizer, de se dizer a si mesmo e de dizer a outrem, o mais frequentemente possível, tudo o que possa se relacionar com o jogo dos prazeres, sensações e pensamentos inumeráveis que, através da alma e do corpo tenham alguma afinidade com o sexo. Este projeto de uma "colocação do sexo em discurso" formara-se há muito tempo, numa tradição ascética e monástica (Foucault, 1999, p.21).

Foucault (1999, p.25) salienta que “cumprir falar do sexo como de uma coisa que não se deve simplesmente condenar ou tolerar mas gerir, inserir em sistemas de utilidade, regular para o bem de todos, fazer funcionar segundo um padrão ótimo”. Neste sentido, o ato sexual não é apenas objeto de julgamento, mas sim um aspecto que requer administração. Ele transcende a esfera do poder público e demanda processos de gestão responsável, onde as normas sociais, valores e ideias são moldados e disseminados por meio dos discursos. Se busca “regular o sexo por meio de discursos úteis e públicos e não pelo rigor de uma proibição” (Foucault, 1999, p.25). Sendo assim, os discursos não são apenas veículos neutros de informação, mas dispositivos de controle e conformidade, que regulam o que é considerado aceitável ou desviante em uma sociedade.

O século XIX e o nosso foram, antes de mais nada, a idade da multiplicação, uma dispersão de sexualidades, um reforço de suas formas absurdas, uma implantação múltipla das "perversões". Nossa época foi iniciadora de heterogeneidades sexuais (Foucault, 1999, p.36-37).

De certo, tanto o século XIX quanto os posteriores foram caracterizados por uma multiplicidade de expressões e manifestações da sexualidade. Houve o início da publicidade de heterogeneidades sexuais. Neste sentido, Foucault (1999) analisa que o aparecimento de sexualidades periféricas prova a existência de um regime mais severo e a preocupação de exercer-se sobre elas um controle direto.

O aparecimento, no século XIX, na psiquiatria, na jurisprudência e na própria literatura, de toda uma série de discursos sobre as espécies e subespécies de homossexualidade, inversão, pederastia e "hermafroditismo psíquico" permitiu, certamente, um avanço bem marcado dos controles sociais nessa região de "perversidade"; mas, também, possibilitou a constituição de um discurso "de reação": a homossexualidade pôs-se a falar por si mesma, a reivindicar sua legitimidade ou sua "naturalidade" e muitas vezes dentro do vocabulário e com as categorias pelas quais era desqualificada do ponto de vista médico (Foucault, 1999, p.97).

Diante disso, Foucault (1999) cunhou o termo "dispositivo da sexualidade" para descrever a rede complexa de instituições, discursos, práticas e normas que moldam a forma como a sexualidade é percebida, regulada e experimentada na sociedade. Ele argumentou que a sexualidade não é inerentemente natural, mas é construída social e historicamente, funcionando “de acordo com técnicas móveis, polimorfos e conjunturais de poder” (Foucault, 1999, p.102). Essas práticas e

discursos definem o que é considerado "normal" e o que é considerado "anormal" em relação à sexualidade.

O dispositivo de sexualidade busca proliferar, inovar e controlar as populações de maneira abrangente. O dispositivo de sexualidade tem, como razão de ser, não o reproduzir, mas o proliferar, inovar, anexar, inventar, penetrar nos corpos de maneira cada vez mais detalhada e controlar as populações de modo cada vez mais global (Foucault, 1999, p.102).

Logo, Foucault (1999, p.102) observa que “a sexualidade está ligada a dispositivos recentes de poder”. Ou seja, o dispositivo de sexualidade é uma ferramenta de poder recente, que se desenvolveu ao longo da história, transformando-se de uma ênfase na reprodutividade para uma ênfase nas identidades sexuais e nas práticas individuais.

Esse dispositivo, portanto, não é apenas sobre a regulação da procriação, mas sobre a regulamentação de todas as dimensões da sexualidade humana. A sexualidade é uma construção social complexa, influenciada por poderosas forças sociais e institucionais, e o dispositivo de sexualidade é uma ferramenta de controle e regulamentação que vai além da reprodução, exercendo influência profunda sobre a vida e os corpos das pessoas. No entanto, essa regulamentação do corpo e da vida das pessoas não é um fenômeno contemporâneo.

1.1.6 A moral dos prazeres

Com efeito, em “História da sexualidade 2 - o uso dos Prazeres”, Foucault discute que na Grécia Antiga a sexualidade não era vista da mesma forma que é hoje, com categorias de orientação sexual como heterossexualidade e homossexualidade. Em vez disso, os gregos antigos valorizavam o autocontrole e a moderação em relação aos prazeres sexuais.

Ao examinar os aspectos das doutrinas filosóficas que, do século V ao VIII, se consolidaram em torno da noção de prazer geral em contraste com o prazer sexual, ele destaca como, em certo sentido, os gregos eram mais tolerantes em relação aos comportamentos sexuais do que os europeus na época moderna ou os cristãos da Idade Média.

Pode-se muito bem admitir a tese corrente de que os gregos dessa época aceitavam muito mais facilmente que os cristãos da Idade Média ou que os europeus do período moderno, certos comportamentos sexuais; pode-se muito bem admitir igualmente que as faltas e as más condutas nesse campo suscitavam, então, menos escândalo, e expunham a menos retorsão, tanto mais que nenhuma instituição — pastoral ou médica pretendia determinar o que, nessa ordem de coisas, é permitido ou proibido, normal ou anormal; pode-se também admitir que eles atribuíam, a todas essas questões, muito menos importância que nós (Foucault, 2003, p.35).

No entanto, apesar de entenderem o prazer sexual de modo diferente da modernidade, também se preocuparam com o assunto. “Eles reconheciam, na maneira de ter essa espécie de prazer, um problema moral” (Foucault, 2003, p.35).

Através dessa análise, Foucault nos apresenta conceitos como a "Aphrodisia" (uma substância ética), "Chresis" (o tipo de submissão que o prazer sexual deveria obedecer para ser aceito moralmente), "Enkratéia" (a compreensão de si mesmo como sujeito moral) e "Sophrosune" (a realização do sujeito moral). E explora como esses conceitos e ideias evoluíram ao longo do tempo, influenciando as perspectivas sobre a sexualidade e a moral sexual.

Foucault (2003, p.38) retrata: “Os aphrodisia são atos, gestos, contatos, que proporcionam uma certa forma de prazer”. Em outras palavras, se referem a ações e comportamentos que proporcionam algum tipo de satisfação, sem qualquer interesse ou preocupação com a maneira como o prazer sexual é alcançado, nem com o gênero do parceiro envolvido, mas sim com a intensidade e a frequência dos atos em si. Isto é, o excesso e a luxúria eram vistos como perturbações do corpo, não sendo associados à maldade da alma, e, portanto, não poderiam ser considerados um problema.

A questão ética colocada não é: quais desejos? quais atos? Quais prazeres? Mas: com que força se é levado "pelos prazeres e pelos desejos?" A ontologia a que se refere essa ética do comportamento sexual não é, pelo menos em sua forma geral, uma ontologia da falta e do desejo; não é a de uma natureza fixando a norma dos atos; mas sim a de uma força que liga entre si atos, prazeres e desejos. É essa relação dinâmica que constitui o que se poderia chamar o grão da experiência ética dos aphrodisia. (Foucault, 2003, p.42)

Desse modo, Foucault (2003, p.52) questiona “que princípio referir-se a fim de moderar, limitar e regular essa atividade?” e focando no "Chresis", o autor ilustra a forma como uma pessoa orienta sua conduta moral em relação aos seus atos

sexuais e o peso que isso tem em sua vida. Ele explica que para os Chresis, o gênero do parceiro não é relevante, o importante são as reflexões internas e a consideração cuidadosa que cada indivíduo emprega antes de cada ato.

O termo se refere também à maneira pela qual um indivíduo dirige sua atividade sexual, sua maneira de se conduzir nessa ordem de coisas, o regime que ele se permite ou se impõe, as condições em que ele realiza os atos sexuais, a importância que ele lhes atribui na sua vida (Foucault, 2003, p.52).

Ainda, o termo "Enkratéia" refere-se a um conceito filosófico relacionado com ética e autocontrole. Entendido como uma atitude "necessária à moral dos prazeres, e que se manifesta no bom uso que se faz deles" (Foucault, 2003, p.62). É, portanto, a condição em que uma pessoa sabe o que é moralmente certo ou virtuoso, mas não consegue agir de acordo com esse conhecimento devido aos seus desejos, impulsos e apetites. "A enkrateia domina os prazeres e os desejos mas tem necessidade de lutar para vencê-los" (Foucault, 2003, p.64). Em outras palavras, uma pessoa que carece da força de vontade ou da determinação para resistir aos seus desejos imediatos, e não age de maneira virtuosa ou racional, é frequentemente contrastada com a "Sophrosune", que é a virtude do autocontrole e da moderação, uma pessoa que possui a capacidade de agir de acordo com a razão e os valores morais, mesmo na presença de fortes desejos ou tentações. Foucault explica que, para os gregos, "a sōphrosunē, o estado que se tende a alcançar pelo exercício do domínio e pelo comedimento na prática dos prazeres é caracterizada como uma liberdade" (Foucault, 2003, p.78).

Embora seja tão importante governar desejos e prazeres, e apesar do uso que se faz deles constituir um alvo moral de tal preço, não é para conservar ou reencontrar uma inocência de origem; não é, em geral — salvo, evidentemente, na tradição pitagórica para conservar uma pureza; é para ser livre e poder permanecê-lo (Foucault, 2003, p.78).

Assim, chegando ao cerne do conceito de "Sophrosune", se percebe a importância de que o ser humano compreenda seus próprios limites, explore profundamente seu autoconhecimento e compreenda que o amor por ambos os

sexos não é censurável; o verdadeiro erro reside na passividade em relação aos prazeres.¹

A atitude do indivíduo em relação a si mesmo, a maneira pela qual ele garante sua própria liberdade no que diz respeito aos seus desejos, a forma de soberania que ele exerce sobre si, são elementos constitutivos da felicidade e da boa ordem da cidade (Foucault, 2003, p.79).

Neste sentido, Foucault (2003, p.182) faz uma análise das relações entre homens e rapazes e explica que “os gregos não opunham, como duas escolhas excludentes, como dois tipos de comportamento radicalmente diferentes, o amor ao seu próprio sexo ao amor pelo sexo oposto”. Ou seja, os gregos não tinham essa linha definida, separando heterossexualidade/homossexualidade. A noção de sexualidade era muito mais fluida do que muitas vezes é retratada em sociedades modernas. O ato de amar pessoas do mesmo sexo era uma prática livre não apenas no sentido de ser permitida pelas leis, mas também era amplamente aceita pela opinião pública.

Quanto às noções de "tolerância" ou "intolerância", elas também seriam muito insuficientes para dar conta da complexidade dos fenômenos. Amar os rapazes era uma prática "livre", no sentido de que era não somente permitida pelas leis (salvo em circunstâncias particulares), como também admitida pela opinião. Ou melhor, ela encontrava sólidos suportes em diferentes instituições (militares ou pedagógicas). Ela possuía cauções religiosas em ritos e festas onde se interpelavam, a seu favor, as potências divinas que deviam protegê-la. Enfim, era uma prática culturalmente valorizada por uma literatura que a cantava, e por uma reflexão que fundamentava sua excelência (Foucault, 2003, p.185).

Em suma, as relações entre pessoas do mesmo sexo eram entendidas de maneira diferente, sem a necessidade de rotulagens fixas. Sendo frequentemente vistas dentro de um contexto mais amplo de sexualidade, onde a hierarquia social e o papel de cada indivíduo eram mais importantes do que a orientação sexual em si. Os termos e conceitos modernos, como "homossexualidade", "bissexualidade" e "pansexualidade", começaram a ser definidos muito recentemente, quando a sexualidade passou a ser entendida como uma característica fixa da identidade

¹ Essa referência ilustra como, na Grécia Antiga, a sexualidade era abordada de maneira menos carregada de tabus e categorização em comparação com os tempos modernos. Para uma compreensão mais detalhada, recomendo a leitura do Capítulo I da obra História da Sexualidade 2, de Michel Foucault.

peçoal, ao invés de uma prática ou comportamento. Antes disso, as relações entre homens, por exemplo, eram muitas vezes valorizadas e reconhecidas, mas não categorizadas da mesma forma. Essa falta de um termo específico reflete uma compreensão mais complexa e fluida da sexualidade, onde as relações eram vistas em um contexto social e cultural mais amplo.

1.1.7 O conceito da homossexualidade

Ao observar o surgimento do termo "homossexual", Foucault explica que havia sim diversas sexualidades, mas não eram nomeadas especificamente. As pessoas podiam se relacionar com rapazes ou moças mas “[...] a seus olhos, o que fazia com que se pudesse desejar um homem ou uma mulher era unicamente o apetite que a natureza tinha implantado no coração do homem para aqueles que são "belos", qualquer que seja o seu sexo” (Foucault, 2003, p.183).

Ademais, o termo "homossexual" foi cunhado somente no século XIX, e isso marcou um ponto de virada na história da sexualidade. A homossexualidade passou a ser vista não apenas como uma prática sexual, mas como uma característica fundamental da identidade de certas pessoas. Foucault (2003) argumenta que isso foi parte de um processo mais amplo, “e a questão que é colocada então é aquela da conversão possível, moralmente necessária e socialmente útil” (Foucault, 2003, p.196)

Essa mudança na concepção da sexualidade é vista por Foucault como um exemplo do poder do discurso e do conhecimento na sociedade. Ele argumenta que, à medida que a sociedade começou a categorizar e patologizar a homossexualidade, isso também levou a uma maior vigilância e controle sobre a sexualidade das pessoas. Foucault (2003) sugere que a sexualidade se tornou uma forma de controle social e de poder.

1.2 O conceito de gênero na perspectiva de Butler

A questão de gênero se entrelaça com a análise foucaultiana da sexualidade, pois as normas de gênero, como Butler argumenta, são construções sociais que definem como homens e mulheres devem se comportar. Judith Butler é uma filósofa e teórica queer, cujo trabalho provocador e inovador tem desafiado as concepções

convencionais de identidade, gênero e poder. Ao longo de sua carreira, Butler explorou a performatividade de gênero e questionou as normas sociais que moldam nossas noções de corpo e subjetividade. A partir das obras *Problemas de gênero* (2018) e *Corpos que importam* (2019), exploraremos algumas das ideias centrais de Butler, examinando como suas teorias desconstruíram categorias tradicionais e abriram caminho para uma compreensão mais complexa e inclusiva da experiência humana.

1.2.1 A distinção entre sexo e gênero

É fato que, tradicionalmente, a sociedade costuma classificar as pessoas em categorias binárias de gênero, como homem ou mulher, e associar características específicas a cada um desses papéis, como masculino ou feminino. Nascermos e somos imediatamente inseridos em um contexto social que vem acompanhado de expectativas, rótulos e nomes que muitas vezes são atribuídos a nós sem nossa escolha.

Logo, a crença comum é que um bebê designado como masculino ao nascer irá, ao longo do tempo, identificar-se e comportar-se como um homem, conforme definido pelas normas culturais em vigor. Isso inclui a expectativa de sentir atração sexual por mulheres. Da mesma forma, acredita-se que um bebê designado como feminino ao nascer crescerá identificando-se e agindo como mulher, com a expectativa de sentir atração sexual por homens como parte do seu papel de gênero. Essas categorizações nem sempre refletem nossa verdadeira essência, criando desafios para nos reconhecemos além das limitações impostas pela sociedade.

Butler (2018) problematiza esses conceitos tradicionais relacionados ao gênero e argumenta que as categorias binárias de Homem/Mulher e Masculino/Feminino, frequentemente consideradas naturais, são socialmente construídas “[...] a distinção entre sexo e gênero atende à tese de que, por mais que o sexo pareça intratável em termos biológicos, o gênero é culturalmente construído” (Butler, 2018, p.21). Para ela, a identidade não é algo fixo, com um começo, meio e fim. “[...] não é nem o resultado causal do sexo nem tampouco tão aparentemente fixo quanto o sexo” (Butler, 2018, p.21). Em vez disso, a construção da identidade é

um processo contínuo, revelado pela forma como os indivíduos se expressam no mundo.

Neste sentido, Butler reflete que nossa identidade não é determinada pela anatomia; somos definidos por nossas escolhas ou por nossas relações. Não somos apenas corpos, reduzidos à mera anatomia. Em vez disso, somos seres em constante evolução, moldados pela interseção complexa de experiências, valores e interações sociais.

Ademais, Butler desenvolve uma crítica à concepção tradicional que postula a existência de um sistema binário dos gêneros, no qual apenas dois gêneros distintos, masculino e feminino, são considerados, sendo diretamente vinculados aos sexos biológicos. Ela destaca a necessidade de reconhecer e compreender a multiplicidade de identidades de gênero, bem como a diversidade de expressões que fogem às noções estreitas de masculinidade e feminilidade.

A hipótese de um sistema binário dos gêneros encerra implicitamente a crença numa relação mimética entre gênero e sexo, na qual o gênero reflete o sexo ou é por ele restrito. Quando o status construído do gênero é teorizado como radicalmente independente do sexo, o próprio gênero se torna um artifício flutuante, com a consequência de que homem e masculino podem, com igual facilidade, significar tanto um corpo feminino como um masculino, e mulher e feminino, tanto um corpo masculino como um feminino (Butler, 2018, p.21).

Ao questionar essa visão, Butler argumenta que, quando se considera o gênero como construção social, independente do sexo biológico, isso leva a uma compreensão mais complexa e fluida. Se o gênero é entendido como algo radicalmente independente do sexo, então ele não está rigidamente atrelado a corpos específicos. Nessa perspectiva, o gênero não é uma simples reprodução ou reflexo do sexo, mas sim uma construção social e cultural que pode existir de forma independente.

A partir desse pensamento, a autora promove uma reflexão profunda sobre a concepção tradicional do sujeito em relação ao seu gênero, questionando a validade de referir-se a um "dado" sexo ou gênero sem antes analisar como esses conceitos são estabelecidos e por quais meios. A questão central é se os fatos que consideramos naturalmente ligados ao sexo são, na verdade, produzidos discursivamente por vários discursos científicos que servem a outros interesses políticos e sociais.

Para entender melhor essa perspectiva, Butler explora a ideia de construção social e discursiva do gênero e do sexo. Em vez de ver o sexo como algo puramente biológico e objetivo, argumenta que as definições e compreensões do que significa ser "masculino" ou "feminino" são moldadas por discursos sociais, políticos e científicos ao longo do tempo.

Além disso, “se o caráter imutável do sexo é contestável, talvez o próprio construto chamado “sexo” seja tão culturalmente construído quanto o gênero” (Butler, 2018, p.22). Essa afirmação sugere que a compreensão tradicional do sexo como algo biologicamente fixo e imutável pode ser questionada. Historicamente, a sociedade tendeu a ver o sexo como uma característica inata e binária, determinada pelos cromossomos sexuais (XX para mulheres e XY para homens) e pelos órgãos genitais visíveis ao nascimento. No entanto, nos últimos anos, tem havido uma crescente compreensão de que o sexo não é tão simples quanto inicialmente concebido. Existem variações biológicas significativas no desenvolvimento sexual, como diferenças nos cromossomos sexuais, genitália ambígua e variações nos níveis hormonais. Além disso, algumas pessoas nascem com características sexuais que não se alinham estritamente com as categorias tradicionais de "masculino" ou "feminino".

Bem como, as ideias e categorias relacionadas ao sexo também são influenciadas por fatores sociais e culturais. “o corpo aparece como um meio passivo sobre o qual se inscrevem significados culturais, ou então como o instrumento pelo qual uma vontade de apropriação ou interpretação determina o significado cultural por si mesma” (Butler, 2018, p.24). As noções de masculinidade e feminilidade, por exemplo, não são apenas biologicamente determinadas, mas são moldadas por normas culturais, expectativas sociais e instituições. “[...] o corpo é representado como um mero instrumento ou meio com o qual um conjunto de significados culturais é apenas externamente relacionado (Butler, 2018, p.24). Assim, a forma como a sociedade percebe e categoriza o sexo pode variar significativamente em diferentes culturas e ao longo do tempo.

[...] o que a pessoa “é” — e a rigor, o que o gênero “é” — refere-se sempre às relações construídas em que ela é determinada. Como fenômeno inconstante e contextual, o gênero não denota um ser substantivo, mas um ponto relativo de convergência entre conjuntos específicos de relações, cultural e historicamente convergentes (Butler, 2018, p.26).

Neste contexto, Butler (2018) destaca que o termo "gênero" refere-se aos papéis, comportamentos, atividades e expectativas socialmente construídos associados a ser homem ou mulher em uma determinada cultura. A distinção entre sexo e gênero mostra que enquanto o sexo pode ter uma base biológica, o gênero é em grande parte uma construção social. No entanto, a ideia de que o sexo em si também é culturalmente construído desafia a noção de uma dicotomia rígida entre natureza e cultura na compreensão do sexo humano. Butler sugere que as percepções do que constitui o sexo são influenciadas pela cultura, história e poder em uma sociedade dada.

1.2.2 Identidade e a heterossexualidade compulsória

Por sua vez, a identidade de gênero esta ligada à percepção interna de como uma pessoa se identifica em termos de gênero, que pode ou não coincidir com o sexo atribuído no nascimento. É um aspecto fundamental da diversidade humana, que vai além da dicotomia tradicional de masculino e feminino. Muitas pessoas identificam-se como cisgênero, quando a identidade de gênero corresponde ao sexo atribuído, enquanto outras identificam-se como transgênero, quando há uma desconexão entre a identidade de gênero e o sexo atribuído. Além disso, existem diversas identidades de gênero não binárias, que não se encaixam exclusivamente nas categorias de homem ou mulher.

Para Butler (2018), a identidade de gênero não é uma característica intrínseca, mas sim uma série de ações e comportamentos que repetimos ao longo do tempo. Essas ações constroem a ilusão de uma identidade de gênero coesa e estável. Em outras palavras, a identidade de gênero recebe a influência dos contextos culturais e sociais em sua construção.

Mais importante é pensar na discussão acerca da identidade. A autora reflete que seria uma ideia equivocada pensar que a conversa sobre "quem somos" deve acontecer antes de discutirmos a identidade de gênero. Pois "[...] as "pessoas" só se tornam inteligíveis ao adquirir seu gênero em conformidade com padrões reconhecíveis de inteligibilidade do gênero" (Butler, 2018, p.34). Ou seja, para entendermos nossa identidade, precisamos primeiro pensar em nosso gênero, pois as pessoas só começam a fazer sentido quando adquirem sua identidade de gênero de acordo com padrões socialmente reconhecidos.

Enquanto a indagação filosófica quase sempre centra a questão do que constitui a “identidade pessoal” nas características internas da pessoa, naquilo que estabeleceria sua continuidade ou autoidentidade no decorrer do tempo, a questão aqui seria: em que medida as práticas reguladoras de formação e divisão do gênero constituem a identidade, a coerência interna do sujeito, e, a rigor, o status autoidêntico da pessoa? Em que medida é a “identidade” um ideal normativo, ao invés de uma característica descritiva da experiência? E como as práticas reguladoras que governam o gênero também governam as noções culturalmente inteligíveis de identidade? (Butler, 2018, p.34).

Neste sentido, Butler questiona a maneira como tradicionalmente pensamos sobre a "pessoa" e sua identidade. Em vez de focar apenas em características internas, como consciência ou capacidade de linguagem, ela propõe olhar para como as práticas sociais que regulam o gênero influenciam a identidade das pessoas.

Em sendo a “identidade” assegurada por conceitos estabilizadores de sexo, gênero e sexualidade, a própria noção de “pessoa” se veria questionada pela emergência cultural daqueles seres cujo gênero é “incoerente” ou “descontínuo”, os quais parecem ser pessoas, mas não se conformam às normas de gênero da inteligibilidade cultural pelas quais as pessoas são definidas (Butler, 2018, p.34).

De acordo com Butler, a identidade pessoal não é algo fixo, mas sim uma construção influenciada pelas práticas culturais relacionadas ao gênero, e a existência de pessoas cuja identidade de gênero desafia essas normas tradicionais levanta questionamentos sobre como entendemos e definimos o conceito de "pessoa". Essas “[...] práticas reguladoras que geram identidades coerentes por via de uma matriz de normas de gênero coerentes” (Butler, 2018, p.35) desempenham um papel fundamental na formação das identidades de gênero, moldando as expectativas, comportamentos e papéis sociais associados a homens e mulheres em uma determinada sociedade.

Logo, a identidade de gênero, nesse contexto, pode ser vista como um efeito dessas práticas reguladoras que promovem a heterossexualidade como norma. Isso pode criar pressões para que as pessoas se conformem a padrões específicos de gênero e orientação sexual, moldando a forma como entendemos e expressamos nossa identidade de gênero.

Butler (2018) analisa que essa classificação reflete “[...] uma prática reguladora que se pode identificar como heterossexualidade compulsória” (Butler, 2018, p.35), ou seja, gera a expectativa social de que as pessoas se envolvam em

relações heterossexuais como a norma. A ideia é que a heterossexualidade é imposta como o padrão aceito, marginalizando ou desconsiderando outras orientações sexuais. Isso implica que qualquer orientação sexual fora desse padrão seja percebida como desviante.

Em uma sociedade que adota uma perspectiva heteronormativa, todas as interações sociais são filtradas através desse prisma. Assim “o ato de diferenciar os dois momentos oposicionais da estrutura binária resulta numa consolidação de cada um de seus termos, da coerência interna respectiva do sexo, do gênero e do desejo (Butler, 2018, p.41-42). Isso influencia a forma como as pessoas percebem e interpretam as relações e identidades sexuais, contribuindo para a manutenção de padrões normativos e a marginalização de orientações sexuais consideradas não convencionais.

Neste sentido, a influência dessa dinâmica social transcende as percepções gerais sobre identidades sexuais, permeando também a intrincada teia da performatividade, onde as pessoas, consciente ou inconscientemente, encenam e reforçam seus papéis de gênero, construindo uma narrativa de suas vidas cotidianas.

1.2.3 Performatividade e o gênero como performance

Segundo Butler (2019), o gênero revela sua natureza performativa dentro do contexto discursivo. A performatividade é uma maneira pela qual o discurso não apenas comunica informações, mas também age, cria efeitos e molda a realidade através da repetição e citação ao longo do tempo. É como se o ato de falar ou expressar algo não fosse apenas uma ação isolada, mas algo que molda e influencia a realidade através da repetição e referência constante. Em outras palavras, a performatividade sugere que o que dizemos e fazemos continuamente contribui para a construção e reforço de significados.

Nesta perspectiva, a autora reflete que “as normas regulatórias do “sexo” agem de forma performativa “[...] para constituir a materialidade dos corpos e, mais especificamente, para materializar o sexo do corpo, para materializar a diferença sexual a serviço da consolidação do imperativo heterossexual” (Butler, 2019, p.21). Ou seja, a sociedade cria a ideia de diferença entre os corpos, realçando as características físicas que supostamente diferenciam homens e mulheres, como

órgãos genitais, para reforçar a ideia de que existe uma maneira "certa" de ser homem ou mulher. Isso serve para consolidar a ideia de que as relações heterossexuais são as únicas aceitáveis.

Para Butler, “[...] o gênero não é um substantivo, mas tampouco é um conjunto de atributos flutuantes, pois vimos que seu efeito substantivo é performativamente produzido (Butler, 2018, p.44). Assim, não se trata apenas de uma expressão estática, mas sim de um ato contínuo e dinâmico.

Butler argumenta ainda que o gênero não é uma característica inata ou biologicamente determinada, mas sim algo que é construído social e culturalmente através de repetidas performances. “[...] não há identidade de gênero por trás das expressões do gênero; essa identidade é performativamente constituída, pelas próprias “expressões” tidas como seu resultado” (Butler, 2018, p.44). Essas performances contribuem para a criação e reforço das normas de gênero em uma sociedade.

Ao afirmar que o gênero é performativamente produzido, Butler (2019) sugere que as normas de gênero não são simplesmente impostas de fora, mas são internalizadas e reforçadas através das ações individuais e coletivas. Cada interação social, desde gestos cotidianos até comportamentos mais elaborados, contribui para a construção e manutenção das expectativas de gênero em uma sociedade.

Dessa forma, a performatividade de gênero destaca a natureza ativa e participativa da construção identitária, enfatizando que as identidades de gênero não são simplesmente inatas, mas são constantemente moldadas e redefinidas por meio das práticas diárias.

2 LITERATURA QUEER E A HOMOSSEXUALIDADE NA LITERATURA ESPANHOLA

A literatura não apenas reflete, mas também contribui para a compreensão e expansão das possibilidades de expressão de gênero e sexualidade. Em cada obra literária, existe um espaço onde as linhas da norma se desvanecem, onde as histórias desafiam as convenções e os personagens desafiam as expectativas. Nesse terreno fértil, a literatura queer emerge como uma expressão literária que

lança luz sobre as nuances e complexidades do ser humano. Suas narrativas trazem temas intrinsecamente ligados à identidade de gênero, orientação sexual e outras vivências inerentes à comunidade LGBTQIAPN +.

A saber, o termo "queer", originalmente usado de forma pejorativa, foi ressignificado como uma forma de resistência e autoidentificação. Em vez de ser uma palavra depreciativa, agora é vista como uma afirmação de diversidade, rejeitando a ideia de assimilação e tolerância passiva. Nas páginas da literatura, essa apropriação frequentemente se reflete na abordagem de temáticas não convencionais e na exploração de vozes marginalizadas.

De acordo com Louro (2004, p.7) "Queer é tudo isso: é estranho, raro, esquisito. Queer é, também, o sujeito da sexualidade desviante". Ou seja, a palavra Queer remete aos indivíduos que desafiam as normas sociais, como homossexuais, bissexuais, transexuais, travestis, drags. "É o excêntrico que não deseja ser integrado e muito menos "tolerado" (Louro, 2004, p.7). São indivíduos com sexualidades e identidades de gênero diversas, que desestabilizam as hierarquias que sustentam as normas sociais.

Queer é um jeito de pensar e de ser que não aspira o centro nem o quer como referência; um jeito de pensar e de ser que desafia as normas regulatórias da sociedade, que assume o desconforto da ambigüidade, do "entre lugares", do indecível. Queer é um corpo estranho, que incomoda, perturba, provoca e fascina (LOURO, 2004, p.7-8).

Em outras palavras, queer representa uma abordagem de resistência e desconstrução das normas sociais estabelecidas. Funciona como um contraponto ao centro e às referências tradicionais, desafiando as fronteiras fixas de identidade e gênero. É um convite à reflexão sobre as complexidades da diversidade humana.

Para Louro (2004), os efeitos das instituições, dos discursos e das práticas, juntamente com as questões de gênero e sexualidade, revelam a inconstância de tudo que é moldado pela história e cultura. Essa inconstância não apenas reflete a fluidez das identidades individuais e coletivas, mas também evidencia a constante negociação e reconfiguração dos significados atribuídos aos papéis de gênero e às expressões da sexualidade dentro de diferentes contextos sociais e históricos.

Nesse sentido, as normas e padrões estabelecidos em relação ao gênero e à sexualidade não são fixos, mas sim produto de dinâmicas complexas de poder. A

literatura queer, que se desenvolveu como uma crítica e um desafio aos discursos dominantes de gênero e sexualidade, oferece uma lente valiosa para examinar essa dinâmica. Ela abre um espaço que evidencia como as normas heterossexuais são construções culturais, e não verdades universais. Além disso, reflete como essas normas não apenas marginalizam e excluem aqueles que não se encaixam nelas, mas também reforçam uma hierarquia de poder que privilegia certas identidades em detrimento de outras. Assim, as obras queer são um espaço de expressão, reflexão e resistência que tem evoluído significativamente ao longo do tempo.

A saber, desde os primórdios da escrita, as identidades LGBTQIAPN + têm sido exploradas de várias maneiras. Na antiguidade, encontramos vestígios de textos que abordam temas relacionados à diversidade sexual e de gênero, embora sob uma lente cultural e histórica diferente da contemporânea. Por exemplo, na Grécia antiga, as obras de Platão, como o "Symposium", exploram o amor entre pessoas do mesmo sexo de maneira aberta e complexa. "No Symposium de Platão há um registro interessante, em que ele explica como a humanidade foi originariamente dividida em três sexos: pares de dois homens, ou de duas mulheres ou de um homem e uma mulher"(Odent apud Faro, 2015, p.125). Da mesma forma, na poesia de Safo, encontramos expressões de desejo entre mulheres. "Efectivamente, o canto do amor entre mulheres fazia naturalmente parte dos interesses femininos e nesse manancial de temas buscou Safo a inspiração para os seus versos" (Brasete, 2009, p.12).

Pouco depois, na Idade Média, a literatura estava submersa em contextos religiosos ou filosóficos, refletindo as crenças e valores da sociedade da época. No entanto, essa literatura não se limitava apenas à expressão destes temas, mas também explorava aspectos da vida cotidiana, incluindo a sexualidade e o erotismo. Faro (2015) argumenta que contos, poemas e cartas eróticas eram comuns naquele período, e ofereciam uma janela para os aspectos mais íntimos e tabus da sociedade medieval.

Na Idade Média cristã, a Igreja "era espiritualmente contra a relação entre pessoas do mesmo sexo porque dela não poderia resultar a procriação", admitindo, porém, paradoxalmente, "em alguns casos, uniões entre pessoas do mesmo sexo, especialmente entre clérigos" (Faro, 2015, p.126).

Segundo Faro (2015), as uniões entre pessoas do mesmo sexo, embora não fossem publicamente aceitas, não eram desconhecidas. Entre clérigos, especialmente, tais relações eram às vezes toleradas, embora fossem muitas vezes alvo de censura moral. As obras eróticas da época refletem uma sociedade onde a expressão da sexualidade não era estranha, mesmo que muitas vezes fosse mascarada por uma camada de moralidade e convenções sociais.

Por sua vez, durante o Renascimento, houve um renovado interesse pela literatura clássica grega e romana, que muitas vezes retratava a homossexualidade de maneira mais aberta. Isso se refletiu em obras como "Os Sonetos" de William Shakespeare, onde personagens e temas homoeróticos são presentes, embora de forma mascarada ou subentendida. Para Woods (2001), a literatura homoerótica na Renascença refletiu não apenas a busca por prazer físico, mas também uma fuga das limitações impostas pelo amor heterossexual, especialmente entre os círculos mais refinados da sociedade.

Ademais, no século XVIII, o Iluminismo trouxe consigo uma ênfase na razão e na liberdade individual, o que influenciou a forma como a sexualidade era abordada na literatura. O escritor francês Marquês de Sade, por exemplo, explorou temas de sexo e desejo, incluindo relações homoeróticas, em suas obras provocativas. “É interessante notar que Sade estava muito consciente do contexto social que regia o desenvolvimento e regulamentos de costumes sexuais” (Woods, 2001, p.141, tradução nossa).

A partir do século XIX, surge a sexologia, que desempenhou um papel significativo na maneira como a sociedade via e entendia a homossexualidade. Ela contribuiu para transformar a homossexualidade em uma condição patológica a ser estudada e "curada", permitindo “uma abordagem que tentava justificá-la” (Faro, 2015, p.128). A ideia era que se tratava de uma desordem a ser corrigida. Garcia e Mattos (2019, p.53) refletem que “[...] qualquer desvio de seu curso “normal”, isto é, o direcionamento heterossexual, passou a ser objeto de diagnóstico”.

Nas classificações psiquiátricas que começam a tomar corpo no final do século XIX, tais comportamentos e desejos passam a ser associados à categoria mais abrangente das perversões, como no clássico manual de Krafft-Ebing (1894): se há um desenvolvimento “normal”, tudo o que foge a ele é perverso. Nesse mesmo manual, a “inversão sexual” é entendida como sendo congênita ou adquirida, e podemos observar em seu conteúdo uma clara associação de comportamentos e desejos homoeróticos com

outros tipos como desviantes (como é o caso da masturbação nas mulheres e da pedofilia nos homens (Garcia e Mattos, 2019, p.53).

Deste modo, a associação entre comportamentos homoeróticos e outras práticas consideradas desviantes, como a masturbação feminina e a pedofilia masculina, era frequentemente feita, mas essa associação não tinha base em evidências científicas sólidas. Em vez disso, era impulsionada por ideologias moralistas e normativas que buscavam impor padrões de comportamento socialmente aceitáveis.

Primeiramente, é importante destacar que a homossexualidade, a masturbação feminina e a pedofilia são práticas completamente diferentes e não devem ser equiparados de forma alguma. A homossexualidade é uma orientação sexual natural e inerente a certos indivíduos, a masturbação feminina é um comportamento sexual comum e saudável, enquanto a pedofilia traz uma discussão mais complexa, desde a consideração de uma condição psicológica grave até o caráter criminoso de sua prática.

Ao equiparar comportamentos tão diversos, manifestaram falta de conhecimento sobre sexualidade e evidenciaram sua tentativa de controlar e reprimir qualquer comportamento sexual considerado "anormal" pela sociedade dominante. Essas ideologias moralistas frequentemente misturavam questões religiosas, culturais e políticas para estigmatizar e marginalizar aqueles que não se conformavam com as normas sexuais estabelecidas.

Neste contexto, é possível perceber que o entendimento sobre a homossexualidade evoluiu, mas muitas vezes sob a sombra da estigmatização e da discriminação. Ainda que tenham ocorrido avanços significativos em muitos contextos médicos e legais, resquícios do passado persistem. Somente em maio de 1990, a homossexualidade deixou de ser considerada uma patologia pela Organização Mundial de Saúde (OMS). Essa resolução, "mobilizou – e, com isso, visibilizou – uma série de movimentos e articulações entre Psicologia e religiões cristãs, e sua manutenção não tem sido feita sem confrontos" (Garcia e Mattos, 2019, p.57). A percepção da homossexualidade como uma "anomalia" ou "desvio" ainda perdura em certas esferas sociais, contribuindo para a marginalização dessas identidades.

Essas percepções, muitas vezes enraizadas em tradições religiosas, perpetuam sistemas de discriminação e se estendem para além das esferas sociais e políticas, alcançando também a arte e a literatura ao redor do mundo. Ao examinar como essa temática emerge em diferentes partes da literatura mundial, é importante reconhecer tanto as semelhanças quanto as diferenças nas abordagens culturais e históricas, pois elas influenciam profundamente a maneira como a homossexualidade é representada.

Assim, pensando na literatura do século XIX, a expressão artística de identidades não normativas, incluindo temas de sexualidade e gênero, era em sua maioria codificada ou velada para evitar a censura e rejeição social. Os autores começaram a abordar questões de sexualidade e identidade de gênero de forma mais sutil, utilizando metáforas, simbolismos e subtexto para expressar suas experiências e perspectivas. Discutiremos especificamente a literatura ocidental, que apresenta obras-chave consideradas marcos no cânone literário mundial e que também inclui autores importantes para o desenvolvimento da literatura queer.

Ao considerarmos as obras significativas do século XIX, tanto na literatura inglesa quanto na brasileira, vamos encontrar contribuições profundas que marcaram sua época e promoveram avanços notáveis no tratamento do tema da homossexualidade. Por exemplo, na literatura inglesa, Oscar Wilde, um dos escritores mais conhecidos do século XIX, abordou temas relacionados à homossexualidade em sua obra-prima *O Retrato de Dorian Gray* (1890). Embora o romance não trate explicitamente da questão, é conhecido por suas insinuações homoeróticas e subtexto queer. Foi na época descrito “como -uma certa obra imoral e obscena em forma narrativa”, também “entendida pelos leitores como uma descrição de relacionamentos, intimidades e paixões de certas pessoas com costumes, gostos e práticas sodomitas e não naturais” (Woods, 2001, p.186, tradução nossa). A vida de Wilde, marcada por um escandaloso julgamento por “conduta indecente”, reflete as atitudes repressivas da época em relação à sexualidade não heterossexual. No Brasil, *Bom-Crioulo* (1895), de Adolfo Caminha, é considerada uma das primeiras obras a retratar a homossexualidade na literatura nacional. Castro (2017, p.6) argumenta que “o romance reflete imagens de uma sociedade altamente preconceituosa e homofóbica” e também retrata “a animalização do sujeito negro, assim como a patologização dos sujeitos inclinados

às relações com o mesmo sexo”. Essas obras são frequentemente reexaminadas à luz das teorias contemporâneas de estudos queer, revelando camadas mais profundas de significado e importância histórica.

Também durante o turbulento século XX, marcado por avanços e retrocessos sociais, os autores queer² enfrentaram muitos desafios enquanto lutavam para se expressar em meio a períodos de repressão e censura. Apesar das pressões sociais e políticas, esses escritores encontraram maneiras engenhosas e corajosas de desafiar as normas dominantes através de suas obras literárias. Por meio de narrativas subversivas e personagens complexos, esses escritores não apenas deram voz às suas próprias experiências e lutas, mas também ampliaram os horizontes da literatura ao desafiar e questionar as convenções estabelecidas. Um importante autor queer deste período foi o romancista argentino Manuel Puig, cuja obra mais conhecida, *O Beijo da Mulher-Aranha* (1976), explorou de forma profunda e sensível a relação entre dois homens na prisão. O romance desafiou as normas sociais e de gênero ao apresentar a complexidade do desejo e da identidade sexual em um contexto repressivo. Além disso, aborda questões de poder, vulnerabilidade e resistência, contribuindo, assim, para ampliar a compreensão e a representação das experiências queer na literatura.

A partir dos anos 80, a literatura queer experimentou uma explosão de criatividade e visibilidade, impulsionada em parte pelo ativismo LGBTQIAPN+ e pela emergência de novas teorias queer. Este período foi marcado por uma maior abertura em relação à sexualidade e identidade de gênero, refletida na literatura através de uma diversidade de vozes e temas.

Pensando no contexto da Espanha, as representações da homossexualidade passaram por uma evolução significativa. Historicamente, a sociedade espanhola foi influenciada pela moralidade conservadora da Igreja Católica, que tradicionalmente condenava a homossexualidade. Em grande parte da história espanhola, a homossexualidade era estigmatizada e frequentemente considerada imoral, ilegal e até mesmo punível por lei. Durante o período franquista, por exemplo, foi fortemente reprimida, sendo os homossexuais frequentemente perseguidos e presos.

² Escritores que se identificam como LGBTQIAPN+ (lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros, queer, intersexuais, assexuais, pansexuais, não-binários, entre outras identidades) ou cujas obras exploram temáticas relacionadas à diversidade sexual e de gênero. Esses autores frequentemente abordam questões de identidade, orientação sexual, expressão de gênero, e os desafios e experiências vividos pela comunidade queer.

Respecto al género, el régimen franquista tuvo como ejes el ideal de una mujer sumisa al hombre, infravalorada, dependiente y reduccionista ; y la figura de un hombre idealizado, basado en el culto a la violencia que derivaba de la primacía del ejército en la sociedad, en la exaltación del hombre viril, fuerte y masculino en su esencia (Muñío, 2017, p.4).

Por conseguinte, a censura da literatura e da arte durante o regime franquista foi uma das formas mais fortes de repressão cultural. As obras que faziam referência à homossexualidade eram proibidas ou modificadas para atender às convenções morais da época. Ao abordar o tema da homossexualidade, os escritores enfrentavam a censura do regime, que viam a diversidade sexual como um risco à moral da sociedade.

Muñío (2017) nos conta que durante a ditadura de Franco, foi estabelecida a "Ley de vagos y maleantes" que declarou a homossexualidade ilegal, equiparando-a à prostituição. Segundo ele, o governo visava reprimir a homossexualidade, pois considerava a sexualidade desviante um ataque à retidão moral do povo espanhol. "El franquismo postuló una (la suya) higiene de la raza, en la que los homosexuales se entendían como enfermos y como sujetos inmorales. Y el trato que les despachó fue, desde el principio, el derivado de la represión" (Muñío, 2017, p.4).

Ao equiparar a homossexualidade à prostituição, a legislação espanhola não apenas criminalizava uma parte da população, mas também perpetuava estereótipos prejudiciais e desumanizantes. Essa abordagem repressiva não apenas violava os direitos individuais e a liberdade pessoal, mas também contribuía para a marginalização e o sofrimento de indivíduos LGBTQIAPN + na sociedade da época. Felizmente, essas políticas discriminatórias foram revogadas após o fim da ditadura, mas é importante reconhecer o impacto negativo que tiveram nas vidas das pessoas afetadas.

Diante de tanta repressão e censura, os escritores precisavam ter muito cuidado, e trabalhar a temática queer era muito perigoso. O clima social opressivo os condenou ao medo e ao sigilo. Muitos preferiam escrever sobre a temática sob pseudônimos ou de forma velada. Assim, suas narrativas não eram diretas, tinham que esconder seus sentimentos e pensamentos para evitar a rejeição social e a ilegalidade.

De acordo com Expósito (2011), o surgimento da literatura sobre temas homossexuais coincide cronológica e historicamente com o restabelecimento do regime democrático na Espanha. Ele afirma que esse passo junto à democracia aliada a mudança na atitude dos estudos culturais na Espanha em relação à representação do corpo, do gênero e da sexualidade, por meio da assimilação da teoria queer, possibilitou um tom mais compreensivo às transformações culturais. Neste sentido, ainda segundo Expósito (2011), a literatura foi a responsável pelos avanços sociais da comunidade queer:

Insisto en el hecho, poco subrayado por los medios, de que los avances sociales en materia homosexual deben a la literatura de ficción gran parte del impulso imaginativo que los ha hecho posibles. ¿Alguien alberga dudas sobre el decisivo poder de persuasión ejercido por los inolvidables personajes gays de Terenci Moix o Juan Goytisolo, a los que deberíamos añadir los de Manuel Puig o Reinaldo Arenas y los de —por qué no— Eloy de la Iglesia y Pedro Almodóvar? La ficción literaria (hoy a menudo transmitida en forma audiovisual) ha ido abriendo los caminos de la imaginación para que muchos de quienes jamás habrían podido contemplar la visión de dos hombres expresándose su amor tuvieran la ocasión de, abiertos los ojos, abrir también su mente (Expósito, 2011, p.26).

Expósito (2011) destaca ainda o papel fundamental que a literatura de ficção, especialmente a literatura queer, desempenhou na promoção dos avanços sociais em questões relacionadas à homossexualidade na Espanha. Ele argumenta que os meios de comunicação muitas vezes subestimam esse papel. Essas obras de ficção literária adaptadas para formas audiovisuais têm o poder de expandir a imaginação do público, permitindo que pessoas que antes não tinham sido expostas a narrativas queer possam contemplar e entender diferentes formas de amor e identidade sexual. Assim, a literatura queer não apenas reflete a realidade LGBTQAPN+, mas também desempenha um papel ativo na moldagem das atitudes e da cultura, abrindo mentes e promovendo a aceitação e a igualdade.

Em vista disso, é notável que ao longo dos anos, a literatura queer espanhola tem experimentado altos e baixos, enfrentando censura, repressão e ridicularização. Surgiu em um ambiente de intensa repressão, mas hoje desfruta de uma maior liberdade, mesmo diante de certo preconceito. As mudanças sociais muitas vezes têm sua gênese na arte e na literatura, oferecendo espaço para reflexão, diálogo e aprendizado. O impacto da literatura queer na sociedade é significativo e não deve

ser subestimado, pois desempenha um papel crucial na ampliação de horizontes e na promoção da diversidade e inclusão.

Deste modo, para compreender a evolução da literatura queer, é fundamental analisarmos como diferentes autores abordaram a sexualidade de acordo com seus contextos sociais. Vamos explorar dois exemplos significativos: a obra *Sonetos del amor oscuro* de Federico García Lorca, mas especificamente dois poemas contidos no livro, “*Soneto de la dulce queja*” e “*El amor duerme en el pecho del poeta*”, que trazem uma linguagem mais velada, e a obra *Una mala noche la tiene cualquiera* de Eduardo Mendicutti, que tratou a homossexualidade de maneira mais aberta e explícita. Isso nos permitirá destacar como a aceitação e interpretação de cada obra foram influenciadas pelo seu tempo.

2.1 Amor, angústia e repressão nos poemas de Federico Garcia Lorca

A princípio, falaremos sobre Federico García Lorca (1898-1936), que foi um dos mais importantes poetas e dramaturgos espanhóis do século XX. Sua contribuição para a literatura e as artes cênicas espanhola é imensamente significativa, e sua influência se estende muito além das fronteiras da Espanha. Ele é amplamente reconhecido por sua habilidade de capturar a essência da alma humana em sua poesia e dramaturgia. Sua vida e obra foram profundamente influenciadas por sua identidade, paixões e pelo contexto social e político de sua época.

Embora Lorca não tenha se autoidentificado como homossexual durante sua vida (devido ao contexto social repressivo da época), muitos estudiosos e biógrafos argumentam que sua obra contém temas e imagens homoeróticas. Por exemplo, em sua poesia, ele frequentemente explorava temas de desejo, amor e identidade, usando metáforas e imagens que sugerem uma experiência homoerótica. Vivar (2022, p.3-4) analisa que em “sua criação poética e, por meio dela, Lorca canta seus sentimentos ocultos” e essa criação “lhe dá a liberdade de expressar seu amor homossexual”.

Lorca, enamorado de hombres imposibles, busca calmar sus ímpetus pasionales mediante la creación poética, ante la imposibilidad de vivir abierta y plenamente sus amores. La palabra es el instrumento de la expresión estética del poeta granadino, ya que mediante ella expresa sus sentimientos sensuales y sentimentales (Vivar, 2022, p. 8-9).

Segundo Vivar (2022), a homossexualidade de Lorca lhe trouxe muitos transtornos e o tornou motivo de ridículo por diversas pessoas e meios jornalísticos. A sociedade naquela época apresentava uma forte tendência repressiva. Lorca não desfrutava da liberdade para expressar abertamente seus sentimentos, nem podia tornar públicas suas inclinações e desejos, uma vez que estava consciente de que isso lhe acarretaria perseguições, o que, de fato, ocorreu. Sua vida foi tragicamente interrompida em 1936, durante a Guerra Civil Espanhola, quando foi executado pelas forças franquistas devido às suas crenças políticas e à sua sexualidade (Vivar, 2022).

De acordo com Aguilar (2019), o fato de García Lorca ser homossexual foi escondido por sua família, sendo negado inclusive a existência de qualquer sinal de homossexualidade em seus poemas, para ela, eram apenas poemas de amor. Ainda segundo Aguilar (2019), não é surpreendente que a orientação sexual de Lorca tenha sido ocultada durante o regime franquista. No entanto, é intrigante que tenhamos tido que aguardar um período substancial para que essa questão fosse abertamente reconhecida na Espanha de regime democrático.

Ademais, Ian Gibson, importante biógrafo de Lorca, nos conta que a homossexualidade de Federico García Lorca era um assunto rigorosamente tabu na Espanha durante sua vida e continuou sendo após sua morte, sob o regime de Franco. Mesmo sendo amplamente conhecida entre seus amigos íntimos, a questão permaneceu silenciada publicamente devido ao ambiente repressivo e à censura social da época.

A ningún amigo de Lorca se le habría ocurrido entonces referirse públicamente a la homosexualidad del poeta asesinado, toda vez que en la España de la época el tema era rigurosamente tabú, como seguiría siéndolo bajo el largo régimen de Franco... y como, en no pequeña medida, sigue siéndolo hoy. Hasta hace muy poco tiempo, con alguna mínima, vacilante excepción, pesaba en España sobre la cuestión de la homosexualidad de Lorca —homosexualidad atestiguada en privado por numerosísimos amigos suyos— el más denso de los silencios (Gibson, 2011, p.32).

Logo, esse ocultamento não só reflete a repressão característica do regime franquista, mas também a persistência de preconceitos e tabus mesmo em contextos posteriores de maior liberdade política e cultural. Durante a ditadura de

Franco, qualquer expressão de diversidade sexual era severamente reprimida, com a homossexualidade sendo vista como uma ameaça aos valores tradicionais que o regime promovia. O regime de Franco, fortemente apoiado pela Igreja Católica, consolidou uma aliança entre o Estado e a religião que reforçou ainda mais a repressão às minorias sexuais. A Igreja Católica, com sua influência significativa sobre a moral e os costumes da sociedade espanhola, perpetuava uma visão conservadora da sexualidade, condenando qualquer desvio dos padrões heteronormativos. Com a transição para a democracia, esperava-se uma abertura maior em relação a temas anteriormente censurados, como a sexualidade de figuras públicas, como Lorca. No entanto, o processo de democratização da Espanha foi complexo e gradual, e muitos resquícios do pensamento conservador permaneceram enraizados na sociedade.

Embora o poder político da Igreja tenha diminuído, sua influência cultural e moral ainda era profunda, e muitos espanhóis ainda se guiavam por seus ensinamentos conservadores. A Igreja, enquanto instituição, relutava em abraçar as mudanças sociais que acompanhavam a democratização, incluindo a aceitação da diversidade sexual. Assim, a revelação pública da homossexualidade de Lorca enfrentou não apenas a inércia de décadas de repressão, mas também a resistência de uma sociedade que ainda estava se acostumando a novas liberdades e a reavaliar seu passado. Além disso, confrontava uma instituição religiosa que tinha moldado a moralidade pública por séculos.

Neste contexto, a obra de Lorca tem sido objeto de diversas interpretações ao longo do tempo, especialmente à medida que estudiosos começaram a explorar possíveis referências veladas à sua orientação sexual. Esse processo de reinterpretação foi crucial para a compreensão mais completa e honesta da vida e obra de Lorca, permitindo que sua identidade como homem gay fosse finalmente reconhecida.

Além disso, a obra *Sonetos del amor oscuro* traz essa reinterpretação crítica e pode enriquecer nossa compreensão sobre o autor. Publicados postumamente, esses sonetos foram inicialmente entendidos apenas à luz de temas como o amor e a morte, comumente explorados por Lorca. Ao examinar mais de perto, percebemos que Lorca não apenas retrata o amor de maneira convencional, mas o subverte e o utiliza como veículo para explorar questões de identidade e sexualidade. Ainda que

a revelação da homossexualidade nos sonetos não seja explícita, está presente nas entrelinhas, nos símbolos e nas emoções transmitidas.

2.1.1 *Sonetos del amor oscuro*

Primeiramente, *Sonetos del amor oscuro* não apenas se destaca como uma obra singular, mas também deixou uma marca significativa na poesia espanhola do século XX. Trata-se de uma coleção de poemas escritos entre 1935 e 1936, durante os últimos anos da vida de Lorca, sendo uma expressão íntima e velada de seus sentimentos, marcados por uma linguagem carregada de simbolismo e metáforas.

O tema principal dos sonetos gira em torno da experiência do amor e da luta interna do poeta entre os seus desejos e a sociedade conservadora da época. O termo "oscuro", presente no título, pode ser interpretado como uma referência ao amor que é proibido, tanto social quanto emocionalmente. Aliás, o amor descrito por Lorca nesses sonetos não vem de uma experiência comum ou aceita abertamente.

Neste contexto, é fundamental contextualizar o período em que os sonetos foram escritos e a sociedade da época. Lorca viveu durante a turbulenta Guerra Civil Espanhola³, um tempo de intensa agitação política e social. Sua morte, amplamente especulada como resultado de seus ideais políticos, também foi associada à sua identidade homossexual. Esse contexto histórico ajuda o leitor a compreender a dificuldade do eu lírico de Lorca em viver seu amor, em um ambiente marcado por preconceitos e perseguições.

Segundo Gibson (2011), Lorca enfrentava não apenas o desafio de ser homossexual em uma sociedade que frequentemente ridicularizava e menosprezava essa orientação, mas também o dilema de esconder sua verdadeira identidade até mesmo de pessoas que se consideravam liberais, mas que ainda poderiam se escandalizar ao descobrir sua orientação sexual.

Si la melancolía de Lorca, sus súbitos ensimismamientos, silencios y languideces tenían algo de «ancestrales», cosa que no sabemos, es mucho más probable que reflejasen la angustia que suponía para el poeta, y que a veces se apoderaba de él, el tener que ocultar, ante la mirada y el desprecio de una sociedad machista y sexualmente primitiva —a la derecha

³ A Guerra Civil Espanhola (1936-1939) foi um conflito entre republicanos e nacionalistas, liderados por Francisco Franco, pelo governo da Espanha. A guerra foi marcada por intensa violência, e resultou na vitória dos nacionalistas, estabelecendo uma ditadura que duraria até 1975.

y a la izquierda—, su condición de homosexual. Y no sólo ante ésta sino, a menudo, ante personas que, a pesar de considerarse liberales, se hubieran escandalizado al saber que trataban con un representante de aquella minoría que en España ha sido —tradicionalmente— blanco de chistes y burlas (Gibson, 2011, p.32).

Diante desse cenário, é essencial analisar como esses elementos históricos e sociais influenciaram a obra do autor. Esta coletânea de poemas revela a complexidade do amor experimentado por Lorca, revelando suas angústias e anseios em uma sociedade repressiva. Sendo assim, vamos examinar dois poemas específicos dessa obra, a fim de compreender como Lorca utiliza a estrutura clássica do soneto para expressar seus sentimentos e ao mesmo tempo desafiar as normas sociais da época. A análise desses poemas buscará evidenciar como a sua poesia dialoga com o contexto histórico e pessoal do autor, revelando a beleza e a tragédia de um amor que desafia as convenções sociais.

Ademais, os sonetos contidos no livro são caracterizados por uma linguagem simbólica e sensibilidade romântica, além da abordagem ao homoerotismo. Esses elementos combinados criam uma obra poética que é intensa, profunda e impactante. Logo, veremos como os sonetos são um testemunho da luta do indivíduo pela aceitação e expressão da sua verdadeira identidade numa sociedade que restringia a livre expressão do amor e da sexualidade. Esta obra de Lorca é uma exploração do amor e das complexidades da condição humana, tornando-a uma escolha significativa para análise e reflexão.

Iniciaremos com o poema *Soneto de la dulce queja*, que traz a representação do amor através de uma linguagem que mescla melancolia e desejo. Escolhido por explorar a dualidade emocional através de imagens vívidas e uma estrutura sonora que ecoa a própria angústia e afeição do poeta. A saber, a expressão "dulce queja" sugere que o poema trata de uma queixa ou lamentação que, apesar de dolorosa, tem um tom suave ou melancólico, quase como uma forma de carinho ou saudade. Neste poema, Lorca utiliza recursos como a metáfora e a personificação para dar vida aos seus sentimentos, transformando a experiência amorosa em algo palpável ao leitor.

SONETO DE LA DULCE QUEJA

Tengo miedo a perder la maravilla

de tus ojos de estatua y el acento
que de noche me pone en la mejilla
la solitaria rosa de tu aliento.

Tengo pena de ser en esta orilla
tronco sin ramas; y lo que más siento
es no tener la flor, pulpa o arcilla,
para el gusano de mi sufrimiento.

Si tú eres el tesoro oculto mío,
si eres mi cruz y mi dolor mojado,
si soy el perro de tu señorío,

no me dejes perder lo que he ganado
y decora las aguas de tu río
con hojas de mi otoño enajenado.

Ao longo dos versos do poema, é descrito o medo do eu lírico de perder o amor da pessoa amada, comparando o prazer do amor com a dor que isso acarreta. E angustiado pela possibilidade de rompimento, revela a sensação de não haver segurança nesta relação ou até mesmo, dela não ser correspondida. Talvez não sinta que esta pessoa está pronta para viver esse sentimento. O amor, que traz tanto felicidade quanto sofrimento, é retratado como uma força avassaladora que domina sua vida e pensamentos.

Essa idealização dos "ojos de estatua" poderia, então, ser uma tentativa de proteger a identidade do amado, mantendo-o em um pedestal intocado pela sociedade? A perfeição da estátua contrasta com a realidade humana, talvez sugerindo um amor que deve ser mantido à distância ou na sombra. O "acento" que toca sua "mejilla" à noite, descrito como uma "solitária rosa de tu aliento", é uma imagem poética e delicada que sugere um beijo ou uma carícia íntima. O eu lírico demonstra medo de perder algo muito íntimo e precioso.

É fato que Lorca vivia em um contexto de discursos e normas que definiam o que era considerado normal ou aceitável. Ele, frequentemente, encontrava-se em

conflito com essas expectativas sociais restritivas. Através de suas descrições vívidas de sensações e sentimentos, que muitas vezes não podiam ser ditas ou expressas abertamente, Lorca transmite uma intensidade emocional palpável.

Em vista disso, sua identidade homossexual e seu amor se situam em uma posição de marginalidade.⁴ O eu lírico lamenta estar à margem "Tengo pena de ser en esta orilla", e expressa um sentimento de tristeza e isolamento ao se descrever como "tronco sin ramas", uma metáfora que sugere uma vida sem crescimento ou desenvolvimento. Ele examina sua própria existência e sofrimento, utilizando símbolos de vida e morte para descrever sua condição, podendo estar, portanto, vivenciando um estado de preparação para um possível ritual de morte ou transformação.

Ao citar a falta de "flor, pulpa o arcilla", tenta mostrar que não possui os elementos que sustentam a vida, sugerindo um desejo de pôr fim à sua dor e talvez encontrar uma forma de transcendência ou renovação. Na metáfora "el gusano de mi sufrimiento" sugere que o sofrimento do eu lírico está consumindo sua própria essência, como se estivesse sendo corroído internamente pela dor. Ele está à beira de uma mudança fundamental, seja a consumação da morte como um escape de seu sofrimento ou a transformação em algo novo.

Nos versos seguintes descreve seu amado como um "tesoro oculto", destacando o caráter escondido e precioso desse amor. Lorca também usa "cruz y mi dolor mojado", sugerindo o peso e o sofrimento que esse amor, um amor não convencional, lhe causa em uma sociedade que o reprime. A imagem do "perro de tu señorío" pode indicar lealdade e submissão, sugerindo uma dinâmica de poder e uma devoção que pode ser dolorosa. Isto é, uma repressão que faz do seu corpo e dos seus desejos, campos de batalha. Para Gibson (2016, p.14), um leitor menos atento poderia afirmar que se trata de devoção a uma mulher, porém, ele analisa que "solo con dificultad se refería a una mujer" e que "la homosexualidad del poeta, no mencionada por su nombre, era ajena a su creatividad poética". O autor explica que na Espanha daquela época, e ainda mais em tempos de guerra civil, o amor homossexual não ousava sequer dizer seu nome.

⁴ Nesta análise dos poemas *Soneto de la dulce queja* e *El amor duerme en el pecho del poeta*, Federico García Lorca (autor dos Sonetos) e o Eu lírico dos poemas foram entendidos com um só. Através de suas descrições vívidas de sensações e sentimentos, que muitas vezes não podiam ser ditas ou expressas abertamente naquela época, Lorca transmite uma intensidade emocional palpável.

Na sequência, o eu lírico expressa um profundo medo de perder o que lhe foi dado, que é o amor e a conexão com a pessoa amada. Ele teme que a chegada do outono possa simbolizar a transição para um período mais frio e distante, semelhante à transição do verão quente e úmido para o inverno frio e seco. O outono, sendo uma estação de transição, representa um momento de mudança. Para o eu lírico, o outono não é apenas uma estação, mas um período que pode trazer uma possível separação ou distanciamento na relação. Ao pedir para a pessoa amada "Decora las aguas de tu río con hojas de mi otoño enajenado", o eu lírico está implorando para que o amor e a conexão que compartilham sejam preservados. Ele quer que, apesar da transformação e das incertezas que o outono trará, a relação continue a existir e ter valor.

Nesta abordagem, o poeta não apenas busca permissão para adornar a vida do outro com sua poesia, mas também reconhece a efemeridade do tempo e a possibilidade quase inevitável da separação. A imagem de decorar o curso da vida com algo distante dele sugere não apenas um desejo estético, mas também uma tentativa desesperada de manter uma ligação simbólica, mesmo quando a realidade física não permite.

Ao analisarmos seu segundo poema, "*El amor duerme en el pecho del poeta*", é interessante contrastar sua abordagem com o poema anterior. Se em "Soneto de la dulce queja" Lorca demonstra seu amor e teme perdê-lo, neste segundo poema ele já se entende em posição de não viver esse sentimento. Lorca adota uma abordagem mais introspectiva e melancólica em contraste com a intensidade apaixonada do poema anterior. Aqui, o poeta parece resignado à impossibilidade de vivenciar plenamente o amor, descrevendo-o como algo presente, porém não plenamente desperto em seu peito.

Essa dormência sugere uma passividade em relação ao sentimento amoroso, como se estivesse contido ou suprimido. Ele parece consciente da pressão social e do julgamento externo que cercam seu sentimento, o que pode contribuir para essa sensação de amor contido e reprimido.

EL AMOR DUERME EN EL PECHO DEL POETA

Tú nunca entenderás lo que te quiero
porque duermes en mí y estás dormido.
Yo te oculto llorando, perseguido
por una voz de penetrante acero.

Norma que agita igual carne y lucero
traspasa ya mi pecho dolorido
y las turbias palabras han mordido
las alas de tu espíritu severo.

Grupo de gente salta en los jardines
esperando tu cuerpo y mi agonía
en caballos de luz y verdes crines.

Pero sigue durmiendo, vida mía.
¡Oye mi sangre rota en los violines!
¡Mira que nos acechan todavía!

A princípio, o título “El amor duerme en el pecho del poeta” sugere que o amor está dentro do poeta, mas não pode ser manifestado ou expressado, por isso permanece adormecido. No poema, isso demonstra como o amor é profundo e presente, mas permanece inativo e não revelado, simbolizando a dor e a angústia do poeta. Ele explora com intensidade a luta interna do eu lírico entre o desejo ardente e a necessidade de ocultação de uma paixão proibida. Ou seja, Lorca trabalha a tensão entre a expressão genuína dos sentimentos e as expectativas sociais. Além disso, o poema oferece uma janela para a angústia e a solidão enfrentadas pelo eu lírico, enquanto tenta conciliar a sua identidade com as normas da sociedade.

Desse modo, no poema, o amor é descrito como uma força que causa dor e que atravessa o peito do poeta, ferindo-o e perturbando seu ânimo. O eu lírico do soneto enfrenta angústia por não poder viver abertamente seu amor e examina o fato de que o amor que sente nunca será plenamente revelado, pois está

adormecido dentro dele. Podemos ver nos primeiros versos, "Tú nunca entenderás lo que te quiero porque duermes en mí y estás dormido", que sugerem que esse amor, que é uma parte íntima e essencial de sua vida, não está completamente consciente ou desperto. Ao dizer "Yo te oculto llorando, perseguido" sugere a sensação de ser constantemente alvo de olhos vigilantes, sendo necessário que ele reprima esse sentimento.

Neste contexto, o poema traz ideias que já vimos em um primeiro momento em Foucault sobre o poder e a vigilância como elementos centrais na organização e regulação da sociedade. A referência à "voz de penetrante acero", a "norma que agita" e às "palabras han mordido las alas de tu espíritu severo" podem ser interpretadas como exemplos de formas de controle e disciplina sobre o indivíduo.

Outrossim, o autor fala sobre a imagem de um "grupo de gente salta en los jardines", aguardando pelo corpo do amante ou alguma demonstração desse amor. Essa situação pode representar a pressão social e o olhar vigilante da sociedade sobre o comportamento dele. O eu lírico está lutando para manter seus sentimentos e angústias ocultos, enquanto é atormentado por uma sensação de perseguição emocional. O amor que "sigue durmiendo" é tão profundo e doloroso que mesmo ao tentar escondê-lo, ele não consegue evitar o sofrimento que vem com essa paixão. A referência à "sangre rota en los violines" sugere uma intensa dor emocional, simbolizada pela música dos violinos, que pode estar associada ao desejo que não tem a possibilidade de ser realizado.

Assim, o controle e vigilância constantes são claramente declarados quando ele diz: "¡Mira que nos acechan todavía!", ressaltando a consciência da vigilância e evocando uma atmosfera de desconforto e opressão. Neste momento, o eu lírico retrata a sensação de ser observado e julgado pela sociedade. Essa imagem não apenas ilustra a intensidade do escrutínio social, mas também sugere a onipresença do olhar vigilante da sociedade, que permeia até os momentos mais íntimos.

Logo, essa reflexão de Lorca revela não apenas uma descrição visual, mas também uma profunda análise psicológica da dinâmica entre o indivíduo e a sociedade, explorando os efeitos do controle social e da normatividade sobre a liberdade individual e a identidade pessoal. Gibson (2016, p.25), analisa que Lorca "tenía en parte «internalizado» el discurso homófobo circundante", retraindo-se e temendo a exposição e o julgamento político e social.

Desde hace milenios, recordaba Sahuquillo, se les ha permitido a los poetas heterosexuales hablar abiertamente del amor (dentro de ciertos límites, claro). Pero el poeta gay ha tenido que hacerlo de manera encubierta y someterse a una autocensura permanente. Lorca no era excepción a la regla, padecía «la necesidad (obligada) que tienen los homosexuales de vivir en las sombras». Las incursiones de Sahuquillo en el lenguaje simbólico del poeta (su «código secreto») y en su fascinación con, y utilización de, la mitología grecorromana, que compartía con Cernuda, son de extraordinario interés (Gibson, 2016, p.25).

Isso significa que Lorca, assim como outros poetas homossexuais, teve que escrever e viver sua sexualidade de maneira discreta, frequentemente nas sombras, devido à repressão e à falta de aceitação social da homossexualidade na época. Essa necessidade de discrição não apenas moldou a forma como Lorca explorava temas de amor e desejo em sua poesia, mas também limitava suas interações sociais e profissionais, obrigando-o a encontrar espaços e formas de expressão que fossem aceitáveis dentro das normas conservadoras da sociedade da época.

Por exemplo, se Lorca ou outros escritores de sua época tivessem abordado explicitamente sua sexualidade em seus trabalhos, as consequências poderiam ter sido profundamente negativas, afetando não apenas suas carreiras, mas também suas vidas pessoais e sua segurança. A combinação de censura política, repressão social e normas conservadoras teria criado um ambiente extremamente hostil, onde a revelação aberta da sexualidade poderia ter levado a uma série de represálias graves e consequências trágicas. Ou seja, a exploração de temas de sexualidade e identidade em uma época de tal repressão seria um ato de coragem imenso, mas também de alto risco.

Essa realidade de repressão e silenciamento contrasta fortemente com o cenário atual, onde a liberdade de expressão em relação à sexualidade é cada vez mais valorizada. Embora as consequências de uma revelação explícita da sexualidade naquela época fossem severas e potencialmente devastadoras, os escritores modernos se beneficiam de um contexto social em transformação, onde a luta por direitos humanos e a busca por igualdade têm permitido uma nova forma de liberdade criativa.

2.2 Liberdade em uma Sociedade em Mudança

É notório que a crescente aceitação social da diversidade sexual abriu caminhos para que escritores contemporâneos explorem temas antes considerados tabus, como o amor entre pessoas do mesmo sexo e a identidade de gênero. Eduardo Mendicutti é um exemplo notável dessa mudança no cenário literário. O escritor e dramaturgo construiu uma carreira sólida explorando temas ligados às complexidades da identidade e da homossexualidade. Sua escrita desnuda a condição de ser "diferente" em uma sociedade que, ainda que mais aberta, carrega traços conservadores. Mendicutti, ao contrário de Lorca, pôde discutir abertamente as experiências e desafios da comunidade queer, sem precisar ocultar ou disfarçar sua abordagem.

2.2.1 *Una mala noche la tiene cualquiera*

Em sua obra *Una mala noche la tiene cualquiera*, considerada um marco na literatura gay espanhola, Mendicutti explora a representação do corpo e da voz transgênero no contexto da transição democrática na Espanha. Publicado em 1982 e ambientado durante o golpe de Estado de 1981 na Espanha, o romance acompanha uma noite dramática na vida de La Madelón, uma travesti que, enquanto o país enfrenta uma crise política, reflete sobre sua própria vida, suas lutas e seu medo de perder as poucas liberdades conquistadas após a ditadura franquista. Enquanto a nação inteira está colada aos aparelhos de rádio e televisão aguardando notícias, La Madelón se desmancha em nervos e começa a recordar sua vida, temendo que a repressão volte com força, e que o direito de viver sua verdade, que foi conquistado com tanto sacrifício, possa ser arrancado dela.

Para entender a perspectiva de La Madelón, é fundamental refletir sobre o que a ditadura de Franco significou para a comunidade queer. Durante esse período, a homossexualidade foi severamente reprimida, refletindo a biopolítica do regime, que buscava controlar não apenas o corpo social, mas também as identidades individuais. Essa repressão gerou um ambiente de medo e silenciamento que perdurou por décadas. A sociedade espanhola, imersa em valores conservadores e católicos, via a homossexualidade e qualquer outro desvio da norma padrão como uma ameaça à moralidade e à ordem familiar. Diaz (2015,

p.339) nos explica que “el régimen franquista, puso en marcha un tipo determinado de biopolítica” onde a homossexualidade, como um campo de atenção, foi alvo de várias formas de regulação.

[...] la homosexualidad, como espacio de atención biopolítica, fue objeto de diversas regulaciones, durante este periodo. Entre ellas, la enmienda de 1954 fue la más decisivamente represiva, estableciéndola de forma nominativa como delito. Ello no quiere decir que previamente las conductas homosexuales fueran “toleradas” por el Estado, sino que fueron controladas a través de otros mecanismos (Díaz, 2015, p.339).

Essa biopolítica franquista focava não apenas nas práticas sexuais, mas também na "inversão" de gênero, ou seja, nos comportamentos de indivíduos que, sendo biologicamente homens, assumiam características associadas à feminilidade. Nesse contexto, a homossexualidade não era definida de maneira clara e precisa; na verdade, sua interpretação dependia dos valores e preconceitos de quem a julgava.

Díaz (2015, 339) nos diz:

Habría que destacar que, desde comienzos de la dictadura, aquello que legalmente se entendía como homosexualidad no fue nunca una definición precisa, o mejor dicho, siempre estuvo en función de los criterios morales, desde los que operaban los observadores. Es más que habitual encontrar en la documentación judicial situaciones en las que testigos o participantes diferentes afirman haberse sentido ofendidos ante determinados actos conceptuales como homosexualidad, al mismo tiempo que, otros entendían que aquellas mismas situaciones no tenían mayor trascendencia.

Isso significa que um mesmo ato poderia ser considerado ofensivo ou inadequado por alguns, enquanto outros o viam como algo sem importância. Essa variabilidade refletia a falta de consenso social e legal sobre o que significava ser homossexual, o que, por sua vez, gerava um ambiente em que a perseguição e o controle social podiam ser exercidos de maneira arbitrária.

Como resultado, os homossexuais eram perseguidos, criminalizados e sujeitos a prisões, tratamentos psiquiátricos e até mesmo à violência física. A repressão não se limitava a ações legais; a cultura da época era marcada pela censura e pela estigmatização. Díaz (2015) analisa que o uso da Lei de Vagos e Maleantes, especialmente após a emenda de 1954, legitimou a criminalização dos homens que apresentavam comportamentos afeminados ou qualquer indício de homossexualidade.

Como se puede apreciar, la nueva legislación originada en 1954 a raíz de la enmienda a la Ley de Vagos y Maleantes no representó una tabla rasa respecto a lo que venía ocurriendo durante la década de los años cuarenta, cuando la homosexualidad no había sido codificada como una figura delictiva. En cualquier caso, sí representó una intensificación de los procedimientos y un aumento considerable del número de detenciones en relación con la disidencia sexual. La diferencia fundamental estuvo representada por la existencia de un delito específico a la hora de juzgar a estos sujetos (Díaz, 2015, p.343).

Ademais, essa atmosfera de medo e controle imposta pela ditadura limitava severamente a expressão pública da identidade queer, forçando muitos a viverem em segredo e a sofrerem isolamento social. As consequências dessa repressão foram profundas e duradouras. O trauma coletivo gerado pela opressão não só afetou a vida imediata, mas também moldou a maneira como a identidade queer foi vivida e entendida ao longo das décadas. Muitas pessoas carregam cicatrizes emocionais e sociais que influenciaram sua vida e a de suas comunidades por muitos anos.

Nesse contexto, La Madelón temia por sua vida e segurança. Vendo-se diante de um possível golpe de estado, naturalmente teme por sua liberdade, frente a uma possível nova ditadura, nos mesmo moldes do governo franquista. A liberdade aqui se refere não apenas à liberdade política (ameaçada pelo golpe de Estado), mas também à liberdade de expressar seu gênero e viver de acordo com sua identidade. Para La Madelón, a perda de liberdade política se mistura com a possível repressão de sua identidade travesti⁵.

Logo, a questão da identidade está no centro da narrativa. La Madelón oferece uma visão complexa e ao mesmo tempo humanizada de sua identidade travesti, mesclando aspectos culturais, sociais e políticos que estão profundamente enraizados na sua experiência de vida. Ela se apresenta como uma pessoa que construiu uma identidade paralela à de seu nome de batismo, Manuel García

⁵ Travesti é uma pessoa designada como homem ao nascer, mas que se identifica como mulher. Essa identidade pode incluir a adoção de características femininas, como o uso de roupas, maquiagem e comportamentos associados ao feminino. Por um longo tempo, o termo foi considerado pejorativo. No entanto, nas últimas décadas, tem passado por um processo de ressignificação, ganhando visibilidade e importância no âmbito político e social. É importante ressaltar que os termos trans, transgênero e transexual podem se referir a identidades tanto masculinas quanto femininas. Por outro lado, o termo travesti é utilizado exclusivamente para pessoas trans que se identificam como femininas.

Rebollo. Esse processo de transformação não é apenas estético, mas também emocional e social.

"La Madelón no tuvo juventud, nació con la verde" (Mendicutti, 2001, p.5). Ela indica que sua identidade travesti nasceu em um momento em que Manuel já havia passado pela juventude. Ela brinca com a ideia de que sua transformação é uma nova etapa da vida, sugerindo que La Madelón é, de fato, uma nova identidade que "nasceu" após a conclusão da vida de Manuel. A transição de Manuel García Rebollo para La Madelón não apenas marca a mudança de um indivíduo, mas também a criação de uma nova persona que precisa se esconder e lutar para existir.

"Como cualquier mujer divina que se precie, no tiene pasado" (Mendicutti, 2001, p.7). A dualidade entre Manuel e La Madelón é evidente ao longo do texto, com Madelón oscilando entre essas duas facetas de si mesma. La Madelón separa claramente o que considera sua "juventude masculina", como Manuel, da vida adulta que ela associa ao feminino de La Madelón. Ela rejeita a ideia de que La Madelón tenha um passado que a conecte ao Manuel de outrora, ilustrando como o travestismo, para ela, envolve a criação de uma nova história e uma nova narrativa pessoal.

Butler (2016, p.21) analisa que "o gênero não é algo que as pessoas têm, mas algo que elas fazem". Ou seja, o gênero não é uma essência fixa, mas algo performativo, ou seja, uma série de atos repetidos que acabam construindo o que entendemos como masculino ou feminino. Segundo Butler, não nascemos com uma identidade de gênero predefinida, mas, ao contrário, nossa identidade de gênero é um processo contínuo e iterativo que ocorre ao longo do tempo através de nossas ações, comportamentos, vestimentas e discurso, entre outros elementos. Aplicando essa perspectiva à personagem La Madelón, vemos que ela desafia as normas de gênero de maneira subversiva. La Madelón, uma travesti, constrói sua identidade feminina por meio de performances contínuas que rompem com as expectativas sociais de seu tempo. Ao adotar uma identidade travesti em um contexto profundamente conservador e repressivo, como a Espanha dos anos 1980, La Madelón não apenas exerce sua liberdade pessoal, mas também questiona e tensiona as fronteiras do gênero.

Outrossim, a performatividade de La Madelón vai além do vestuário ou da forma como se apresenta. Ao longo da narrativa, suas ações e falas revelam um caráter profundamente feminino, mas que não se limita a uma noção essencialista

do que significa ser mulher. Conforme Butler sugere, La Madelón constrói sua feminilidade em um processo contínuo de repetição e ritualização, tornando visível o fato de que o gênero é uma ficção social sustentada por convenções que podem ser desafiadas e reformuladas.

Conforme Butler explica, o gênero está sempre em um estado de precariedade, especialmente para aqueles que vivem fora da norma cisgênero. Esse aspecto é evidente na vida de La Madelón, que vive à margem da sociedade, sempre em risco de violência e exclusão. Durante o golpe militar retratado na obra, o medo de La Madelón de perder as liberdades conquistadas “¿Qué sería de nosotras? Lo mismo les daba por volver a lo de antes ... ¿Y qué iba a pasar ahora con la libertad? Me dio por pensar en eso” (Mendicutti, 2001, p.10-11) exprime a precariedade que Butler descreve: qualquer retrocesso político pode significar a anulação de sua existência pública e de sua performance de gênero. Isso revela como a identidade de gênero é vulnerável e politicamente regulada.

Com efeito, há uma clara frustração com o fato de que, apesar de sua expressão de gênero, o mundo institucional ainda a reconhece como Manuel:

Pero es que en el carné de identidad una sigue siendo Manuel García Rebollo, con mi cara lavada y mi pelo recogido lo mejor posible, esta carita mía de chaval extraviado —la verdad: extraviadíiiiiisimo—. Pues seguro que había que resucitarlo —a Manolito, quiero decir—, qué horror, con lo mal que lo pasaba el pobre (Mendicutti, 2001, p.11).

Sem dúvida, a obrigatoriedade de voltar a ser Manuel em situações como a renovação do documento de identidade revela a violência simbólica que pessoas trans e travestis frequentemente enfrentam, onde suas identidades são invalidadas ou ignoradas pelas instituições.

Essa dualidade de vida exprime a experiência de muitos que vivem à margem das normas sociais. Durante o dia, Manolo representa um ideal de conformidade, escondendo sua verdadeira identidade sob a máscara do heteronormativo. À noite, ao se transformar em La Madelón, ela abraça sua feminilidade e se permite existir plenamente. Esse conflito é ampliado pela situação política da época, onde a Espanha passava por uma transição delicada da ditadura para a democracia. O governo de Franco foi notoriamente opressivo em relação a qualquer forma de expressão que se desviasse dos padrões tradicionais.

Assim, a vida de La Madelón, dividida entre dois mundos, é um microcosmo da luta de muitos na sociedade espanhola, que ansiavam por liberdade em meio a um passado de repressão. La Madelón, como uma travesti que já viveu sob o regime opressor da ditadura de Franco, tem uma consciência profunda da fragilidade dessas conquistas. Sua identidade, construída com esforço e sofrimento, está em constante risco, especialmente diante de um cenário político que ameaça restabelecer a repressão.

Tenía yo, en aquella noche en que todo parecía a punto de desbaratarse —una noche tan turbia y tan desapacible—, ese comecome que va dejándola a una desencajadita, sin fuerzas, sin saber muy bien dónde está, y sin ocurrencias; quiero decir que una no sabe qué hacer y a lo más que llega es a mirarse al espejo, que lo hice y me encontré rarísima y no sé por qué, pero debía ser el miedo que se me transparentaba: desdibujadas me pareció a mí que tenía las facciones, como si quisieran cambiar por su cuenta para ponerse a salvo (Mendicutti, 2001, p.18).

Logo, sua angústia em relação ao possível retorno da ditadura vai além do medo pessoal, é um reconhecimento de que o espaço para a sua sobrevivência enquanto sujeito de gênero dissidente está sempre à mercê de um contexto político que pode não tolerá-la.

Nesse sentido, a personagem exemplifica como as políticas de identidade de gênero são profundamente entrelaçadas com a liberdade política em geral. Para muitas pessoas, como La Madelón, a política de gênero não é um campo separado das questões mais amplas de liberdade e direitos civis; ao contrário, é uma questão central de vida ou morte. A liberdade para existir como travesti, homossexual ou qualquer outra identidade dissidente só é possível dentro de uma ordem política que respeita e protege a diversidade. La Madelón exemplifica a fragilidade dessas liberdades e o quanto elas são facilmente ameaçadas por qualquer tipo de regressão autoritária.

“Tenía yo, en aquella noche de febrero, una desazón tan grande que no me dejaba pensar, una tensión que se me enroscaba en los ojos” (Mendicutti, 2001, p.22). O medo que La Madelón sente do retrocesso político destaca como essas normas não apenas excluem, mas também regulam o corpo e a própria existência das pessoas. O corpo travesti, assim como qualquer corpo não normativo, é politicamente regulado e monitorado.

No contexto de La Madelón, o golpe militar não só ameaçou retirar suas liberdades políticas, mas também sua própria inteligibilidade como sujeito. Ela passa de uma figura possível — ainda que marginalizada — na democracia, para um corpo inviável em uma possível ditadura militar, onde não há lugar para a expressão de sua identidade.

Aliás, a performatividade de La Madelón, sua capacidade de se mostrar e existir como ela é, depende da manutenção de um espaço público que aceita ou, pelo menos, tolera sua identidade. O golpe militar representa uma ameaça imediata a esse espaço, sugerindo que sua visibilidade, sua capacidade de existir publicamente como La Madelón, pode ser anulada. Isso reitera o argumento de Butler de que o reconhecimento social e político é essencial para a constituição das identidades de gênero e para a própria sobrevivência das pessoas que vivem fora das normas de gênero dominantes.

Se o golpe tivesse sido bem-sucedido, as consequências para La Madelón e outras pessoas dissidentes em termos de identidade e sexualidade teriam sido devastadoras. A vitória do golpe significaria um retorno ao passado sombrio de repressão e clandestinidade, no qual ela seria forçada a abandonar sua identidade de travesti e viver novamente como Manolito, uma figura que ela já não reconhecia como sua.

si el golpe triunfaba, mi vida se iba a convertir en un martirio, de modo que, en aquel momento, si aún me quedaba una mijita de lo que Dios me dio —por equivocación: pobrecito, todo el mundo tiene derecho—, en aquellas horas tan malísimas que yo estaba pasando, servidora, La Madelón, tenía sin duda derecho a todo menos a una puñetera cosa: a resignarme (Mendicutti, 2001, p.26).

Em suma, o sucesso do golpe representaria não apenas a anulação das liberdades democráticas que estavam começando a se consolidar na Espanha, mas também a destruição das frágeis conquistas pessoais de pessoas como La Madelón, que estavam começando a explorar suas identidades de maneira mais aberta. La Madelón provavelmente teria que viver novamente escondida, com medo constante de ser descoberta e punida.

Segundo Saxe (2010), a narrativa não só nos mostra a visão do gênero travesti, mas ao mesmo tempo trabalha uma história real. É um monólogo que nos transporta para este acontecimento político-social e nos permite sentir a aflição

daqueles que não tiveram voz, daqueles considerados estranhos pelos estigmas da sociedade e do governo. Uma obra de grande importância para a literatura espanhola que através do relato real e simples de uma transgênero tenta quebrar os estereótipos e a discriminação.

Em síntese, a literatura homossexual passou por uma transformação significativa ao longo do tempo, refletindo mudanças nas normas sociais e nas liberdades criativas dos autores. Federico García Lorca, em sua obra, abordava a temática homossexual de forma sutil e simbólica, uma estratégia necessária diante da repressão e dos tabus de sua época. Suas metáforas e imagens delicadas revelavam um profundo desejo, mas sempre filtrado pela necessidade de disfarçar suas verdadeiras intenções. Em contrapartida, escritores contemporâneos como Eduardo Mendicutti podem expressar suas vivências de maneira explícita e direta, aproveitando um contexto de maior aceitação e visibilidade. Essa evolução evidencia não apenas a luta por direitos e reconhecimento, mas também a celebração da autenticidade e da diversidade na literatura. Ao concluir esta análise, percebemos que a literatura homossexual se transformou de um espaço de ambiguidade e silenciamento para um território vibrante e afirmativo, onde a liberdade de expressão é não apenas possível, mas valorizada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo explorou as representações queer na literatura espanhola, revelando a complexidade do diálogo entre literatura e identidade. A análise das narrativas de Lorca, escritas em um período de intensa repressão, evidenciou uma sensibilidade profunda em relação à experiência queer, abordando temas como amor, desejo e a busca por uma identidade. Sua obra não apenas exprime a dor e a opressão de sua época, mas também antecipa debates sobre sexualidade que se tornariam mais proeminentes nas décadas seguintes.

Por outro lado, a literatura contemporânea de Mendicutti amplia essas discussões, apresentando um cenário em que normas sociais relativas a gênero e sexualidade são desafiadas e, em muitos aspectos, mais aceitas. Com uma prosa que combina humor e crítica social, Mendicutti oferece uma visão atualizada das questões queer, refletindo as transformações culturais e políticas na Espanha desde a transição democrática. Assim, observamos não apenas uma continuidade na luta e resistência, mas também um avanço nas formas de representação e aceitação social.

Através da aplicação de teorias de autores como Foucault e Butler, este trabalho conseguiu estabelecer conexões significativas entre as obras analisadas e os contextos sociopolíticos que as influenciaram. Como resultado, podemos perceber que as representações de gênero e sexualidade na literatura vão além de meros reflexos de realidades sociais; elas atuam como agentes de mudança, desafiando normas e promovendo maior visibilidade para experiências frequentemente marginalizadas.

Em suma, a literatura se revela como um espaço dinâmico de contestação e afirmação. Através das vozes de Lorca e Mendicutti, somos convidados a refletir sobre nossa própria compreensão de identidade, amor e resistência, reafirmando que a literatura é, indubitavelmente, uma ferramenta poderosa na luta por justiça e reconhecimento. Este trabalho, portanto, não apenas enriquece a análise literária, mas também serve como um convite à continuidade do diálogo sobre questões queer na literatura e na sociedade.

REFERÊNCIAS

- AGUILAR, Juan Domingo. Lorca y la poesía queer: sonetos del amor oscuro. Zendalibros, 2019. Disponível em <https://www.zendalibros.com/lorca-y-la-poesia-queer-sonetos-del-amor-oscuro/> Acesso em 2 de junho de 2024.
- BRASETE, Maria Fernanda. Homoerotismo feminino na lírica grega arcaica: a poesia de Safo. Universidade de Aveiro, 2009. Disponível em <https://ria.ua.pt/bitstream/10773/15982/3/Homoerotismo%20feminino%20na%20l%C3%ADrica%20grega.A%20poesia%20de%20Safo.pdf> Acesso em 02/03/2024.
- BUTLER, Judith. *Corpos que importam*. São Paulo: N-1, 2019.
- BUTLER, Judith. *Problemas de Gênero*. 16 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.
- CASTRO, Mably Lopes de. Um breve histórico da literatura homoerótica no Brasil. Faculdade de Educação. Universidade de Minas Gerais. Minas Gerais, 2017. 13 p. Disponível em: <https://www.ceale.fae.ufmg.br/files/uploads/xii%20jogo%20do%20livro/ANAIS%20parte%201/UM%20BREVE%20HIST%C3%93RICO%20DA%20LITERATURA%20HOMOER%C3%93TICA%20NO%20BRASIL.pdf> Acesso em 05 de abril de 2024.
- DÍAZ, Abel. Los invertidos: homosexualidad(es) y género en el primer franquismo. Cuadernos de Historia Contemporánea, Vol. 41: 333-353.
- EXPÓSITO, Alfredo M. *La literatura gay española y el lugar de los estudios culturales*. 2011.
- FARO, Julio Pinheiro. Uma nota sobre a homossexualidade na História. Revista Subjetividades, Fortaleza, 15(1): 124-129, abril, 2015. Disponível em: https://www.academia.edu/89768322/Uma_Nota_sobre_a_Homossexualidade_na_Hist%C3%B3ria?uc-sb-sw=24542287 Acesso em 02/03/2024.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: história da violência nas prisões*. Petrópolis: Editora Vozes, 1987.
- FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade I: A Vontade de Saber*. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1999.
- FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade 2: O Uso dos Prazeres*. Rio de Janeiro, Edições Graal, 2003.
- GARCIA, M. R. V.; MATTOS, A. R. “Terapias de Conversão”: Histórico da (Des)Patologização das Homossexualidades e Embates Jurídicos Contemporâneos.

Psicol.cienc. prof., Brasília , v. 39, n. spe3, e228550, 2019 . Disponível em <https://www.scielo.br/j/pcp/a/zksLGXhzsLFVppDN5SvgYXP/?format=pdf&lang=pt>
Acesso em: 04 abril. 2024

GIBSON, Ian. Federico García Lorca. Editorial Crítica, 2011.

GIBSON, Ian. Lorca y el mundo gay. Ediciones B, 2016.

LORCA, Federico Garcia. Sonetos del amor Oscuro. Editora Flores Raras, 2018.

LOURO, Guacira Lopes. O corpo estranho. Ensaio sobre sexualidade e teoria queer. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

MENDICUTTI, Eduardo. Una mala noche la tiene cualquiera. Colección Andanzas. Tusquets Editores. Barcelona, 2001.

MUÑÍO, Daniel Vallès. La privación de libertad de los homosexuales en el franquismo y su asimilación al alta en la seguridad social. Universitat Autònoma de Barcelona, 2017.

SAXE, Facundo Nazareno. La narrativa gay de Eduardo Mendicutti : la identidad literaria como espacio de reivindicación de la diversidad, 2010. Disponible en Memoria Académica: https://memoria.fahce.unlp.edu.ar/trab_eventos/ev.1166/ev.1166.pdf. Acceso em 28 de agosto de 2024.

VIVAR, Pablo Lenin L. M. Homosexualidades póstumas: poéticas queer en Sonetos del amor oscuro de Federico García Lorca. Desde el Sur. Volumen 14, número 3, Lima, 2022.

WOODS, Gregory. Historia de la literatura gay: la tradición masculina. Madrid: Akal, 2001.